

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 26ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – 23ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada à entrega ao desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais
- 1.3 – Comissão

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissões

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/6/2024

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite e da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.320, 2.327, 2.333, 2.368 e 2.373/2024; Requerimentos nºs 7.110 a 7.113, 7.115 a 7.120, 7.122 a 7.125, 7.128 a 7.130, 7.132, 7.154 e 7.155/2024 – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – 2ª Fase: Palavras do Presidente – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.309/2024; discursos dos deputados Cristiano Silveira, Lucas Lasmar e Ricardo Campos, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Sargento Rodrigues, Doutor Jean Freire, Ulysses Gomes e João Magalhães; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas; aprovação; votação nominal da Emenda nº 3; rejeição; votação da Emenda nº 6; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; leitura e votação nominal da Emenda nº 6; rejeição; votação da Emenda nº 7; leitura e votação nominal da Emenda nº 7; rejeição; votação nominal da Emenda nº 11; rejeição; votação nominal da Emenda nº 12; rejeição; votação nominal da Emenda nº 13; rejeição; votação nominal da Emenda nº 14; rejeição; votação da Emenda nº 15; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; leitura e votação nominal da Emenda nº 15; rejeição; votação da Emenda nº 16; questão de ordem; leitura e votação nominal da Emenda nº 16; rejeição; votação da Emenda nº 17; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; leitura e votação nominal da Emenda nº 17; rejeição; votação da Emenda nº 18; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; leitura e votação nominal da Emenda nº 18; rejeição – Registro de Presença – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 40/2023 e dos Projetos de Lei nºs 711, 1.192, 1.300, 1.306, 1.494, 1.835 e 1.870/2023 e 2.309/2024; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Dr. Jorge Ali – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Tito Torres, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Neilando Pimenta, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Ofício nº 9/2024 – Segove, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, informando sobre erro material no texto do Projeto de Lei Complementar nº 40/2023. (– Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 40/2023.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.320/2024

Altera a Lei nº 12.219, de 1º de julho de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou de permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências. (Acrescenta parágrafos ao art. 6º, para dispor sobre a suspensão administrativa da cobrança de pedágio em rodovias concedidas no Estado de Minas

Gerais, cujo programa de execução esteja em atraso, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescidos os seguintes parágrafos ao art. 6º da Lei nº 12.219, de 1º de julho de 1996:

“§ 1º – Fica determinada a suspensão administrativa da cobrança de pedágio em rodovias concedidas no Estado de Minas Gerais, quando o programa de execução da obra estiver em atraso em relação ao cronograma estabelecido e publicado pelo órgão competente.

§ 2º – Para os fins do parágrafo anterior, considera-se em atraso o programa de execução da rodovia concedida quando houver descumprimento de prazos estabelecidos no cronograma oficialmente divulgado pelo órgão responsável pela concessão.

§ 3º – A suspensão administrativa da cobrança de pedágio entrará em vigor automaticamente no prazo de 30 (trinta) dias a contar da constatação do atraso no cronograma de execução da rodovia concedida.

§ 4º – Durante o período de suspensão administrativa da cobrança de pedágio, os usuários das rodovias concedidas serão isentos do pagamento das tarifas de pedágio.

§ 5º – A suspensão administrativa da cobrança de pedágio perdurará até que o programa de execução da rodovia concedida seja regularizado e retorne ao cronograma estabelecido, conforme verificação e aprovação pelo órgão competente.

§ 6º – Em caso de reincidência no atraso do programa de execução da rodovia concedida, o período de suspensão administrativa da cobrança de pedágio poderá ser prorrogado, mediante análise e deliberação do órgão competente, devendo ser aberto processo administrativo no órgão responsável para verificar regularidade da execução da concessão.”.

Art. 2º – O disposto nesta lei se aplica às concessões e permissões vigentes e vindouros.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de maio de 2024.

Maria Clara Marra, responsável da Frente Parlamentar da Logística e Infraestrutura, vice-presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e responsável da Frente Parlamentar de Apoio à Criação da Agência Reguladora do Setor de Transportes de Minas Gerais (PSDB).

Justificação: A presente proposta legislativa visa proteger os direitos dos usuários das rodovias concedidas no Estado de Minas Gerais, garantindo que as empresas concessionárias cumpram rigorosamente os prazos estabelecidos para a execução das obras de infraestrutura viária.

É imperativo assegurar que os recursos financeiros provenientes da cobrança de pedágio sejam destinados a melhorias efetivas nas rodovias, conforme estipulado nos contratos de concessão. A suspensão administrativa da cobrança de pedágio em caso de atraso no cronograma de execução é uma medida que visa incentivar a celeridade e a qualidade na realização das obras, além de proteger os interesses dos usuários, que pagam por um serviço que deve ser prestado de forma adequada e dentro dos prazos estipulados.

Assim, esperamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, que visa aprimorar a gestão das rodovias concedidas em nosso estado e garantir um serviço de qualidade aos cidadãos mineiros.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Lud Falcão. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.206/2024, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.327/2024

Dispõe sobre diretrizes para a assistência e proteção jurídica, psicológica e socioeconômica às mães de crianças e adolescentes que sejam vítimas de abuso sexual no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam estabelecidas diretrizes para a implementação de um conjunto integrado de ações destinadas a conferir assistência e proteção às mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, compreendendo suporte emocional, jurídico e socioeconômico, visando assegurar a recuperação e o bem-estar dessas mães e de suas proles no território do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Para os fins desta lei, as medidas de assistência psicológica contínua incluirão:

I – o acesso ao atendimento psicológico especializado, preferencialmente gratuito ou com custo reduzido, a ser disponibilizado pelas redes pública e conveniada de saúde;

II – o incentivo à criação e manutenção de grupos de apoio psicológico, coordenados por profissionais qualificados.

Art. 3º – Será garantida a assistência jurídica, por meio da Defensoria Pública do Estado, na forma da legislação específica, que abrangerá:

I – orientação e representação legal durante todos os procedimentos judiciais pertinentes;

II – assistência jurídica em processos que envolvam guarda e medidas protetivas de urgência;

III – suporte legal nas ações indenizatórias por danos morais e materiais.

Art. 4º – As medidas de proteção social considerarão:

I – inclusão prioritária em programas habitacionais existentes para mães que necessitem de realocação residencial;

II – acesso prioritário a programas de capacitação profissional e geração de renda;

III – avaliação para a concessão de auxílio financeiro temporário, conforme critérios a serem definidos.

Art. 5º – Será responsabilidade do Estado, por intermédio das Secretarias de Educação, Saúde, Segurança Pública e outros órgãos competentes, a promoção de campanhas de educação e conscientização sobre o abuso sexual, com enfoque na prevenção e na facilitação da notificação de tais delitos.

Art. 6º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão providas pelas dotações orçamentárias já alocadas para as áreas de saúde, educação e assistência social, e por outros recursos que se fizerem necessários, conforme a legislação vigente.

Art. 7º – A aplicação desta lei não alcançará a mãe quando esta for a própria abusadora.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e o Poder Executivo deverá, em até noventa dias após a data de sua publicação, regulamentar a implementação das medidas aqui estabelecidas, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2024.

Alê Portela, vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PL).

Justificação: O presente projeto de lei tem por objeto a instituição de diretrizes de assistência e proteção jurídica, psicológica e socioeconômica dedicado às mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no âmbito do Estado de Minas Gerais. Esta medida legislativa reconhece a complexidade e a gravidade do trauma sofrido por esses menores e, de forma correlata, pela figura materna, que se vê imersa em um cenário de dor e vulnerabilidade intensificadas.

A proposição busca implementar um sistema integrado de suporte que aborda tanto as necessidades imediatas quanto as de longo prazo dessas mães, que são frequentemente os pilares do processo de recuperação de seus filhos. Deste modo, a concessão de

atendimento psicológico especializado pretende oferecer as ferramentas necessárias para o enfrentamento das sequelas emocionais e psíquicas decorrentes do abuso. Paralelamente, a assistência jurídica e o acesso à justiça, permitindo que estas famílias possam buscar reparação e a aplicação das medidas protetivas de urgência com a devida celeridade e eficácia.

Ademais, as disposições que contemplam proteções socioeconômicas emergem como fundamentais para garantir que estas mães não sejam obrigadas a permanecer em ambientes insalubres ou perigosos por limitações financeiras, oferecendo, assim, condições para que possam reconstruir suas vidas em um contexto de segurança e estabilidade.

A definição de um interstício de noventa dias para regulamentação da norma, após sua entrada em vigor é determinada pela necessidade de estabelecer as adequadas adaptações infraestruturais e operacionais. Esse período preparatório é crucial para assegurar que os organismos estaduais envolvidos, tais como as secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, estejam devidamente equipados e prontos para executar as políticas aqui delineadas, garantindo a eficácia da lei desde o seu primeiro dia de aplicação.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei representa um passo decisivo no fortalecimento da rede de apoio às vítimas de abuso sexual e suas famílias, consolidando o compromisso do Estado de Minas Gerais com a proteção dos direitos humanos e a promoção da justiça social. É imprescindível o apoio dos nobres membros desta Casa Legislativa para a concretização desta medida, reafirmando nosso dever estatal de amparo aos segmentos mais vulneráveis da população.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.333/2024

Institui o Programa de Reinserção Produtiva de Pessoas Idosas no Mercado de Trabalho e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Reinserção Produtiva de Pessoas Idosas, com o objetivo de promover a reinserção e a participação ativa dos idosos no mercado de trabalho.

Parágrafo único – Para os efeitos desta lei, considera-se idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme definido na Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º – O programa será composto por um conjunto de políticas públicas que visam:

- I – facilitar a reinserção da pessoa idosa no mercado de trabalho, seja em atividades remuneradas ou não remuneradas;
- II – intermediar a conexão entre os idosos interessados, empresas, organizações do terceiro setor e o poder público;
- III – oferecer capacitação, reciclagem e requalificação profissional;
- IV – desenvolver alternativas ocupacionais que integrem a pessoa idosa na estrutura social;
- V – promover a saúde e a qualidade de vida dos idosos por meio do trabalho;
- VI – ampliar a participação dos idosos no mercado de trabalho, especialmente em organizações sem fins lucrativos;
- VII – mitigar os impactos econômicos do envelhecimento populacional e reduzir a dependência econômica;
- VIII – reduzir o preconceito de idade, tanto no ambiente de trabalho quanto no processo de contratação do trabalhador.

§ 1º – Como medida para atender a política pública de que trata o inciso VII do art. 2º, será criado o Banco de Oportunidades para Pessoas Idosas, que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Emprego – Sine –, com as seguintes finalidades:

- I – cadastrar entidades e empresas interessadas em aderir ao programa;
- II – divulgar vagas de trabalho, remuneradas e não remuneradas, para idosos;

III – cadastrar idosos ativos ou inativos que buscam reinserção no mercado de trabalho;

IV – promover a intermediação entre as vagas disponíveis e os idosos cadastrados;

V – divulgar e facilitar a inscrição em cursos de formação e capacitação profissional.

§ 2º – O Banco de Oportunidades deverá respeitar as condições físicas, intelectuais e psíquicas dos idosos, garantindo a adequação da vaga à condição do idoso.

§ 3º – O Banco de Oportunidades poderá ser publicizado em *sites* do Poder Executivo, respeitando os critérios de conveniência e oportunidade.

Art. 3º – O Poder Executivo poderá celebrar convênios e acordos com diversas entidades para a execução dos serviços previstos nesta lei.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais às empresas e trabalhadores que participarem do programa.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2024.

Nayara Rocha (PP)

Justificação: A presente proposta de lei visa instituir o Programa de Reinserção Produtiva de Pessoas Idosas no Mercado de Trabalho, reconhecendo a importância de integrar a população idosa à vida econômica e social do Estado. A necessidade de tal programa é evidente diante dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional e pela consequente transformação da estrutura demográfica.

O Brasil, assim como muitos países, enfrenta um rápido aumento na proporção de cidadãos idosos. Este fenômeno, conhecido como transição demográfica, traz consigo uma série de implicações econômicas e sociais. Uma das consequências mais significativas é o aumento da taxa de dependência, que pressiona os sistemas de seguridade social e exige novas estratégias para manter a sustentabilidade econômica.

Além disso, a exclusão do mercado de trabalho é uma realidade enfrentada por muitos idosos, que ainda possuem capacidade e desejo de contribuir profissionalmente. O preconceito de idade, a falta de oportunidades adaptadas às suas condições e a escassez de políticas públicas voltadas para esse segmento são barreiras que precisam ser superadas.

O Programa de Reinserção Produtiva de Pessoas Idosas propõe uma abordagem multifacetada para enfrentar esses desafios. Dentre elas, está a criação do Banco de Oportunidades para Idosos, integrado ao Sistema Nacional de Emprego – SINE, que busca promover a intermediação entre idosos e o mercado de trabalho, oferecer capacitação e requalificação profissional e incentivar a participação ativa dos idosos na sociedade.

A iniciativa também tem o potencial de reduzir o impacto econômico do envelhecimento populacional ao diminuir as taxas de dependência econômica e promover a autonomia financeira dos idosos. Ademais, ao incentivar a criação de cooperativas e o cadastramento de idosos profissionais autônomos, o programa fomenta o empreendedorismo e a inovação nesse segmento.

A aprovação deste projeto de lei é um passo fundamental para garantir que os idosos possam desfrutar de um envelhecimento ativo e digno. É uma medida que reconhece o valor e a experiência dos nossos cidadãos mais velhos, ao mesmo tempo em que responde às necessidades de uma sociedade em constante evolução.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.368/2024

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mirai o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mirai o imóvel situado no Distrito de Mirai, registrado sob o nº 7555, no livro 3-R do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cataguases.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de velório municipal e de secretaria municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2024.

Grego da Fundação, vice-líder do Bloco Minas em Frente (PMN) – Carlos Henrique, líder da Maioria (Republicanos).

Justificação: O Estado de Minas Gerais é proprietário do imóvel situado no Distrito de Mirai, registrado sob o nº 7.555, no livro 3-R do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cataguases. Segundo ofício que acompanha a proposição, o imóvel que confronta com a Casa de Caridade São Vicente de Paulo será destinado ao serviço de velório municipal, e o imóvel localizado na antiga Rua dos Passos (atual Rua Senhor dos Passos) à instalação da Secretaria Municipal de Educação.

A doação pretendida proporcionará a otimização do espaço público, pois o bem encontra-se desocupado, sem planos para seu aproveitamento por parte do Estado, e sua utilização pelo município para funcionamento do velório municipal e instalação da Secretaria Municipal de Educação proporcionará benefícios para toda a comunidade.

Pelo exposto, peço apoio aos nobres pares na aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.373/2024

Declara de utilidade pública a Comunidade Sagrada Família, com sede no Município de Itaúna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Sagrada Família, com sede no Município de Itaúna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2024.

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Justificação: A Associação Comunidade Sagrada Família, inscrita no CNPJ nº 08.290.616/0001-56, fundada em 1/8/2006, entidade filantrópica, com o objetivo de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência, amparar crianças e adolescentes carentes e o combate a fome e a pobreza. Foi criada pela coordenadora Gilmara Pereira Paulino que já fazia o trabalho com as

meninas na Comunidade Bom Pastor, foi desmembrado o atendimento das meninas e foi criada a Associação Comunidade Sagrada família juntamente com a Sra. Maria Beatriz Saldanha Herculano, como presidente e é que atuante até hoje. A Comunidade Sagrada Família atualmente acolhe crianças do sexo feminino. O acolhimento institucional é devido à situação de risco social e/ou pessoal que as mesmas se encontram, sob medida protetiva (determinada pela Vara da Infância e da Juventude ou Conselho Tutelar) e afastadas temporariamente de suas famílias, de acordo com a legislação vigente. O acolhimento é temporário até que seja superada a situação de risco e a criança possa ser reintegrada à sua família de origem ou a família substituta. Com a permanência das crianças na instituição, possibilitamos todos os cuidados necessários para o desenvolvimento integral durante a permanência na Comunidade Sagrada Família.

Tem como público-alvo: crianças e/ou adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, abandono ou qualquer outro tipo de abuso sofrido por familiares ou responsáveis em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo 10 vagas para meninas de 0 a 18 anos.

Objetivos da instituição: Promover acolhimento a crianças e/ou adolescentes em situação de risco, como maus-tratos e/ou qualquer tipo de abuso sofrido por parte de familiares e responsáveis. Em conformidade com o ECA (artigo 101) que trata das medidas protetivas, até que as referidas famílias, que se encontram vivenciando alguma situação que as tornem impossibilitadas de cumprir com seu papel de guardiãs de seus filhos, consigam se reorganizar, ou, caso seja verificado a impossibilidade desse retorno, que as crianças e/ou adolescentes sejam encaminhados para famílias substitutas. A instituição foi organizada para ter um aspecto o mais parecido com uma residência, num ambiente acolhedor, oferecendo atendimento que respeite a individualidade de cada acolhido. A qualidade do serviço ofertado passa por normas e valores que deverão nortear a prática de todos os envolvidos no trabalho, tendo de maneira bem clara quais os objetivos a serem alcançados no processo educativo das crianças e/ou adolescentes acolhidos.

A comunidade é mantida por doações da comunidade de todos os gêneros. A associação possui um automóvel ano 2010, adquirido através de um projeto aprovado pelo FIA. A manutenção do carro e gasolina é mantida pela renda do bazar que fazemos semanalmente.

A Comunidade não possui uma sala de biblioteca, mas temos na varanda um espaço para livros, revistas para incentivo, e temos no armário espaço para livros para os horários de leitura e pesquisas.

As atividades de educação, saúde, cultura, oficinas, cursos profissionalizantes das crianças e adolescentes são realizados fora da sede da entidade, de acordo com o reordenamento das instituições de acolhimento, pois a estrutura da entidade é de uma casa familiar para proporcionar um acolhimento mais próximo de uma família.

A comunidade possui um regimento interno para sua funcionalidade. As visitas dos familiares são definidas juntamente com a equipe técnica do abrigo e do judiciário. Os horários dos voluntários são organizados conforme a sua disponibilidade do voluntário e das crianças e adolescentes.

O imóvel onde a instituição funciona hoje é alugado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.110/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar pedido de providências para criação de linha específica de financiamento para gestão de unidades de produção familiar no Pronaf. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 7.111/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam realizados estudos sobre a implantação de

barraginhas na Bacia do Rio Doce, com a finalidade de promover a perenização das nascentes dos rios e a mitigação de cheias e enchentes nos períodos de chuvas intensas. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 7.112/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que o governo do Estado intervenha junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros para garantir o atendimento em pediatria à população dos 86 municípios da Macrorregião de Saúde Norte, uma vez que o prefeito desse município, por meio do Decreto nº 4.785, de 3/5/2024, declarou situação de emergência em saúde pública em Montes Claros, em razão de situação anormal de insuficiência de estrutura de atendimento pleno em pediatria, restringindo o acesso aos leitos de UTI Neonatal e de pediatria à população de outros municípios da região. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.113/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja formulado voto de congratulações com Edson de Resende Castro pela sua significativa contribuição ao direito eleitoral e brilhante carreira como promotor de justiça no Ministério Público do Estado, onde permaneceu por 31 anos. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.115/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a homologação do concurso público para provimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para cargos efetivos do quadro de pessoal dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, conforme o Edital nº 1/2022. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.116/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja realizado estudo para revisão dos critérios estabelecidos pelo programa Alô Minas, visando possibilitar a inclusão de comunidades rurais menos populosas no serviço de telefonia móvel. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.117/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para provimento de comarcas de segunda entrância nas Comarcas de Águas Formosas, Novo Cruzeiro, Medina, Manga, São João da Ponte e Taiobeiras. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.118/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que a Comarca de Manga retome a jurisdição sobre o Município de Matias Cardoso, haja vista a maior proximidade geográfica entre os Municípios de Manga e de Matias Cardoso, o que facilitaria o acesso à Justiça pelos cidadãos desses municípios. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.119/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para a titularização de juiz de direito na Comarca de Manga, uma vez que há dois anos essa comarca conta apenas com o trabalho de juízes plantonistas. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.120/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à diretora-presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de informações sobre as iniciativas dessa instituição para o resgate e a multiplicação de sementes crioulas de arroz, feijão e milho, essenciais à promoção da segurança alimentar e nutricional do povo mineiro. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.122/2024, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para a avaliação de possíveis indícios de descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados no que se refere ao processo de eleição do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec –, em que foram divulgados dados pessoais de eleitores, além de feitas denúncias não fundamentadas sobre irregularidades, com possível imputação de conduta fraudulenta a candidatos e eleitores, bem como para a avaliação das consequências da demora na apuração dos fatos narrados pela Controladoria-Geral do Estado, em particular no que se refere à descontinuidade da atuação do referido conselho em suas atribuições legais, em

especial na implementação da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc e na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025.

Nº 7.123/2024, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral do Estado pedido de informações substanciadas no relatório da auditoria das eleições 2023-2024 do referido conselho, contendo o inteiro teor dos fatos apurados durante todo o processo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.124/2024, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral do Estado pedido de providências para que seja encaminhado ao Conselho Estadual de Políticas Culturais – Consec – o relatório da auditoria das eleições 2023-2024 do referido conselho, contendo o inteiro teor dos fatos apurados durante todo o processo.

Nº 7.125/2024, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Cidadã Editora, na pessoa de sua editora responsável, Fabíola Almeida Guedes, pela publicação do livro *Poesia contra a Barbárie*, que oportunizou a grupos cibernéticos se organizarem e compartilharem informações sobre reações a diretrizes autoritárias e retrógradas, desenvolvidas pelo governo Bolsonaro.

Nº 7.128/2024, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a implementação do curso de eletricista em linhas de redes aéreas, no âmbito do Programa de Aprendizagem Industrial da Cemig, em Montes Claros, e em cidades polos do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Nº 7.129/2024, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao ministro de Minas e Energia pedido de providências para apoiar o programa Hidrelétrica Já, aprovado pelo Conselho da Federação das Indústrias de Minas Gerais – Fiemg – na reunião de maio de 2024, que prevê desburocratizar e simplificar o licenciamento ambiental, principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas – PCHs –, que têm baixíssimo impacto ambiental, em substituição às usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis, destacando-se a importância da utilização das usinas hidrelétricas para a expansão de outras fontes de energia limpa, como solar e eólica, consideradas intermitentes.

Nº 7.130/2024, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cemig pelos 72 anos completados em 22 de maio de 2024 e pelo brilhante trabalho que vem desempenhado ao longo dos anos, fornecendo energia elétrica de qualidade aos cidadãos e às indústrias mineiras e promovendo o desenvolvimento do Estado.

Nº 7.132/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja prorrogado o calendário da Conferência Estadual das Cidades, considerando que ocorreu em 17 de maio de 2024 a prorrogação do cronograma da 6ª Conferência Nacional das Cidades, incluindo as etapas municipais, estaduais e nacional.

Nº 7.154/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o atendimento aos pedidos de conexão de unidades de geração distribuída no meio rural e sobre a expansão das subestações de energia elétrica para atender a demanda do campo, ressaltando-se que esse requerimento decorre do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Qualidade dos serviços de energia elétrica no campo, universalização de acesso e conexão de unidades de geração distribuída”, no âmbito do Tema em Foco 2023-2024. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.155/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre as ações que têm sido implementadas para a universalização do acesso à energia elétrica no campo, bem como para a qualidade desses serviços, ressaltando-se que esse requerimento decorre do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Qualidade dos serviços

de energia elétrica no campo, universalização de acesso e conexão de unidades de geração distribuída”, no âmbito do Tema em Foco 2023-2024. (– À Mesa da Assembleia.)

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

2ª Fase

O presidente – Não havendo matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Presidente

O presidente – A presidência informa ao Plenário que faz retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2023, o Projeto de Lei Complementar nº 40/2023 e os Projetos de Lei nºs 1.835 e 1.870/2023, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.309/2024, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, nobres colegas, nosso público presente, resiliente e resistente, não, gente? Os dias têm sido de luta, e a gente está nesse esforço de tentar o diálogo com os parlamentares e de sensibilizar os colegas! Fazemos uma discussão que é de conteúdo; estamos fazendo com os colegas uma discussão do mérito do projeto. O que preocupa os colegas parlamentares ao votarem conosco a emenda que recompõe mais 5,7% a inflação de 2023? Vejam, colegas parlamentares: quando o governo mandou o projeto para cá, era pouco mais de 3%. Eu queria pedir a compreensão das galerias para fazer o diálogo. Nós queremos pedir, gente, a compressão dos servidores que estão nas galerias para que a gente possa fazer o diálogo com os colegas, fazer um esforço em relação ao convencimento político e à importância de votarmos essa matéria.

Ontem, na Comissão de Fiscalização Financeira, a gente estava falando de alguns aspectos que justificam o voto favorável à recomposição de um pouco mais de 10%. Bem, eu falava, na comissão, sobre a questão da coerência. Ora, se a Assembleia Legislativa votou 300% de aumento para o governador e para o seu secretariado, nada mais justo que votarmos a recomposição de quem está na ponta da lança do serviço público, que são os trabalhadores e os servidores! Gente, quem corre atrás de bandido não é o governador e o secretariado dele, não! São os servidores da segurança! Quem atende a população nos hospitais e no posto de saúde não é o governador e o secretariado, não, e, sim, o servidor que está lá na ponta. Quem ajuda a fazer a fiscalização do meio ambiente e quem atua nas escolas para fazer a educação dos filhos do povo mineiro são os servidores da educação e os servidores de todas as áreas. Naquele momento, o Estado tinha dinheiro para comportar um aumento tão significativo. E agora, não. “Olha, o Estado não tem recurso suficiente.” Esse argumento não convence, esse argumento já caiu, já caiu. O que nós demonstramos aqui, desde a semana passada? A receita corrente líquida do ano de 2024 vai chegar a mais de R\$8.800.000.000,00. É um impacto de pouco mais de 10% que queremos dar aqui. Não, agora, 10%, porque 4% já estão incorporados. Os 5,7% não chegam sequer a 50% do aumento da receita.

Então, colegas parlamentares, do ponto de vista da capacidade financeira do Estado para absorver o impacto, está comprovado que tem. Do ponto de vista da coerência, se é razoável dar benefício fiscal para empresário, se é razoável aumentar a verba da publicidade, se é razoável dar aumento para o governador e o secretariado, também deveria dar, para manter a coerência, ao servidor. Do ponto de vista do que a lei permite ou não permite, está claro, recomposição a lei permite. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite, porque apontamos a fonte da receita.

Aí a pergunta que eu faço é esta: por que não votar então esta matéria? Por quê? Não há justificativa. Se alguém subisse aqui e falasse o seguinte: olha, vamos explicar por que a base do governo vai votar contra a proposta do bloco de oposição; está aqui o número, o Estado não comporta, não há arrecadação, a receita não aumentou este ano. Não há, gente. Ninguém fez essa fala até agora, desde o início do processo dessa luta. Ai a gente poderia até dizer: espere aí, esse é que é o problema? Então está bom. Mas não é o problema.

E aí eu quero dizer que, nesta luta, o nosso bloco permanece na posição da defesa das emendas que são importantes. Quais são essas emendas? Vejam vocês: pagamento dos valores retroativos em uma parcela, no mês subsequente à publicação, segundo a emenda que nós estamos defendendo, emenda de 5,79%, proposta do reajuste referente à inflação de 2022; emenda da Gages, Gratificação por Atividades de Gestão da Saúde, que tem sido defendida aqui pelo colega deputado Lucas Lasmar – subscrevemos com o colega; Emenda nº 17, garantia de incorporação do ônus salarial para garantia de pagamento de salário mínimo aos 67 mil servidores que recebem menos de um salário mínimo; Emenda nº 18, recomposição do piso nacional salarial da educação, 33,24%. Essas são as emendas que nós estamos apresentando. Como eu disse, todas elas conseguem ser comportadas no aumento da receita corrente líquida deste ano; todas elas fazem justiça à reivindicação, à pauta reivindicatória dos servidores. É disso que se trata.

Então a gente faz aqui este apelo, gente. Ainda há tempo de os colegas parlamentares que votaram contra, que se abstiveram, que não estavam presentes e hoje estão fazerem essa reflexão. Nós, parlamentares, somos eleitos nos municípios, e boa parte ou a maioria de nós aqui, se não todos, tivemos alguns votos dos servidores. Todos nós obtivemos votos dos servidores. Como a gente volta para os nossos municípios para dizer a esses servidores que estiveram conosco na campanha que nós devemos mais obediência ao governador do que àqueles que nos elegeram, que tanto é o povo de Minas Gerais, que precisa do serviço público, quanto o grande número de servidores que estão nas cidades? É disso que se trata. Este é o debate. O que importa trazemos aqui.

E vejam vocês o que está no cartaz aqui embaixo. Olha o que vai acontecer se nos limitarmos somente à recomposição da inflação de 2023. Não há recomposição, há perda. O servidor que recebe R\$4.200,00, por exemplo, vai passar a receber R\$4.152,00. Eu quero fazer a seguinte pergunta aos colegas parlamentares que estão prontos para votar com essa proposta: os colegas estão de acordo, então, em votar um projeto que vai rebaixar o salário dos servidores? É isso que precisa ser dito: não votar na emenda que nós apresentamos da recomposição da inflação de 2022, votar apenas a recomposição de 2023, assim os colegas não estarão dando aumento para o servidor, estarão tirando recursos dos servidores, estarão reduzindo salários e ganhos dos servidores. É isso o que vai acontecer. E depois ainda teremos uma luta que será a luta contra outra maldade: a questão do Ipsemg e do IPSM. Ai, sim, vocês verão o que será feito de achatamento nos vencimentos, nos salários dos servidores.

Companheiros e companheiras que estão aqui nos acompanhando, sindicatos e servidores, o nosso bloco tem feito, junto com os demais parlamentares, a luta necessária, a luta resistente, nas comissões, em Plenário e nas votações; tem feito o debate, a discussão, a apresentação de argumentos contundentes para que a gente possa votar essa matéria. Então eu vejo que é possível ainda a Assembleia dar um recado ao governo de Minas e dizer que não vai sucumbir; dizer ao governo que não é um ou dois cargos que possamos ter – eu, não, é claro, é evidente, mas que alguém possa ter – no Estado que vai fazer com que não se vote aquilo que é tão importante. Não é o fato de, às vezes, haver uma emenda extra de um parlamentar que vai fazer com que não se vote algo que é tão importante. Porque, como eu disse, nada poderá transpor a unidade do Poder Legislativo quando ele está unificado numa agenda tão importante. Repito, o colega deputado está com medo de retaliação porque viu a companheira Chiara ser retaliada. Não tenham medo,

porque, se todos votarmos juntos, amanhã o governador vai chamar vocês todos para dizer: “Olha, não, não, não é bem assim, não. Pode deixar que os cargos estão aqui. Pode deixar que as emendas extras vão ser pagas”. Não tenham medo. Estou aqui há três mandatos, estou no terceiro mandato. Eu já vi isso e sei como é que funciona. Ninguém precisa temer retaliação do governador porque, se todo mundo votar, e sei que a consciência de vocês está chamando para isso, é desejo de vários colegas...

Conversei com muita gente aqui no fundo: “Deputado, a gente até sabe, até poderíamos votar, mas a gente está aí no governo, sabe como é que é”. Não tem isso. Se todo mundo votar junto, não haverá retaliação, não haverá perda de cargo no governo, não haverá falta de pagamento de emenda. O governo amanhã vai chamar vocês todos para conversar e vai dizer que está tudo bem, ok? Então esse é o chamado: que a gente possa assumir o compromisso com quem toca a máquina do governo, que é o servidor.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Boa tarde a todos! Casa cheia! Viva os servidores do Estado de Minas Gerais! Eu vou ser breve na minha fala, mas gostaria de ter a atenção das deputadas e dos deputados presentes para uma análise que acho de suma importância e que transcende a análise partidária entre esquerda e direita e até mesmo sobre a política. Eu quero falar sobre o Estado de Minas Gerais.

Hoje nós temos uma legislação federal que obriga todos os empresários, órgãos e governos ao seguinte: o servidor ou funcionário não pode receber abaixo do salário mínimo constitucional. E, no Estado de Minas Gerais, infelizmente, em razão de não se conseguir dar os reajustes, não somente neste governo mas em outros também, houve um prejuízo imenso aos servidores que menos ganham no Estado, aqueles servidores que passaram no concurso público com um salário de R\$1.200,00, R\$1.300,00 há dez anos – isso é salário-base – e hoje estão recebendo um valor abaixo do salário mínimo. São milhares de servidores no Estado de Minas Gerais.

Volto a dizer: nós temos aqui deputados que representam a austeridade fiscal e falam que é preciso reduzir e tentar achar a forma de fechar o orçamento de receitas e despesas, mas isso é possível ser feito sem penalizar o servidor público. Se não são a favor do reajuste de mais de 10%, façam a votação conforme a consciência de vocês. Mas eu peço uma atenção muito especial à Emenda nº 17 para que a gente possa corrigir um grande erro com esses servidores que recebem abaixo do salário mínimo. A Emenda nº 17 diz o seguinte: “Acrescente-se onde convier: Art. ...: Aos servidores integrantes da carreira do Poder Executivo é garantido o recebimento de salário correspondente a, no mínimo, um salário mínimo nacional vigente”. Aquele deputado que votar contra essa emenda estará criando salário mínimo no Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais vai ser protagonista em legalizar que o servidor público, no Estado de Minas Gerais, receba menos de um salário mínimo como base no seu holerite. Peço a vocês que votem favoravelmente a isso.

Nós sabemos também que temos uma grande responsabilidade daqui para a frente. No dia 20 de julho vai expirar a liminar que suspende o pagamento da dívida com o governo federal, e, se passar, não com o meu voto, o Regime de Recuperação Fiscal aqui, na Assembleia, esses servidores que já recebem abaixo do mínimo, ou seja, que recebem R\$700,00, vão ficar nove anos sem reajuste salarial. A nossa decisão aqui hoje, com essa emenda, está acima de qualquer desejo político. Isso aqui significa trazer dignidade a essas pessoas que estão trabalhando e que querem se aposentar. Eu peço o apoio a todos os deputados para que a gente aprove e seja favorável a isso; além disso, peço tanto aos líderes do governo quanto aos dos blocos independente e de oposição que votem favoravelmente.

Eu também não posso deixar de citar a Emenda nº 15, que é para que possamos autorizar o governo do Estado – e é desejo da Secretaria de Estado de Saúde fazer essa correção –, ou seja, é para autorizar o Poder Executivo a instituir e incorporar a Gratificação por Atividades de Gestão da Saúde – Gages – aos salários dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de carreira de auxiliar de apoio à gestão e atenção à saúde, técnico de atenção à saúde, técnico de gestão à saúde, especialista em políticas públicas de gestão da saúde e analista de atenção à saúde. A saúde precisa ser valorizada. Para aqueles que recebem menos e

que constroem a política pública de saúde, junto com especialistas que recebem, nós não somos contrários, mas essa gratificação tem de ser para todos. Quer dizer, tem que ser como é na Escola de Saúde Pública, como é na Funed, onde todos recebem essa gratificação. Nós temos que trazer igualdade e equidade a todos esses servidores. Então a nossa luta aqui é em defesa dos servidores da saúde pública do Estado e dos Augas, que recebem menos que um salário mínimo como salário-base.

Deputados, todos aqui têm a noção de que nós vamos deixar uma marca importante de que o Estado de Minas Gerais não permitirá que nenhum governo pague menos de um salário mínimo como salário-base a todos os servidores, àqueles que já estão ou vierem a servir ao nosso Estado de Minas Gerais.

Então eu peço, realmente, o voto favorável a todos vocês para fazer essa correção. Lembrando que há três semanas nós aprovamos o PLC nº 45/2024, projeto do deputado João Magalhães. Realmente é um projeto, sim, importante e que também trouxe o benefício de autoridade sanitária a servidores da saúde do Estado. Então há possibilidade, sim, de corrigirmos a Gages para os servidores receberem e colocarmos aqui, nesse projeto de lei, que nenhum servidor receba menos de um salário mínimo. Nós aprovamos. Então é possível, sim, aprovar. E peço a todos que nos estão assistindo que prestem atenção na votação das Emendas nºs 15 e 17, pelo bem do serviço público e pelo bem dos servidores do Estado.

Contem com o meu mandato! Enquanto eu estiver aqui, defenderei a bandeira de quem promove e faz a política pública de verdade. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Lucas. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, Sr. Presidente. Caro presidente, caros colegas deputados, caras colegas deputadas, toda a população mineira que nos acompanha pela TV Assembleia, pelas nossas mídias sociais, pelos nossos canais de comunicação e todos os servidores de Minas Gerais. Nós estamos aqui para propor que o Estado de Minas Gerais cumpra no mínimo a sua obrigação em relação à promessa de suas campanhas eleitorais. Mais ainda: centenas de milhares de servidores têm manifestado no nosso mandato uma preocupação com a forma como o governador os trata. Ele trata o servidor como escárnio, trata o servidor como aquele que não deveria prestar serviço para o povo, inclusive massacrando-o. Enquanto uma base ampla desse governo aprova o reajuste de mais de 300% para o governador, para os seus secretários e para os subsecretários, nós vimos aqui os colegas defendendo o patrimônio do Estado, defendendo a segurança do nosso povo, da segurança pública. Nós vimos aqui os nobres servidores da educação, os nobres servidores da saúde, que nem sequer têm tido a valorização das suas recomposições.

Eu faço questão de trazer aqui também, gente, a situação de um órgão em que tive a oportunidade de ser diretor-geral. Os servidores do Idene, os técnicos de gestão social do Idene, os analistas de gestão social do Idene, assim como bem colocou o deputado Lucas Lasmar, não recebem nem sequer um salário mínimo. A correção da Emenda nº 17, proposta pelo deputado Lucas e pelo Bloco Democracia e Luta, permite garantir, no mínimo, o cumprimento daquilo que está estabelecido na Constituição Federal. Não dar a garantia para um servidor ter, no mínimo, no mínimo, um salário acima do salário mínimo é no mínimo não dar dignidade ao cidadão e ao servidor que faz com que o Estado se desenvolva, principalmente numa área tão abrangente, numa área que sofre com a falta de política pública. Aqui nós recebemos a correspondência do sindicato dos servidores do Idene, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste, que levou água para mais de 100 mil famílias com o programa das cisternas, que levou água pra mais de 2 mil comunidades rurais com o programa Água para Todos. Lá nas comunidades rurais, deputado Marquinho Lemos, é desenvolvido o antigo PCPR, os programas de arranjos produtivos. Pasmé, gente, os servidores do Idene – não passam de 100 efetivos e mais algo em torno de 200 servidores inativos – não tiveram, nos últimos 14 anos, nem sequer a recomposição das perdas inflacionárias na casa dos 52%. Nós vemos aqui o conjunto da base do governador aumentar salário de secretários, aumentar salários de secretários adjuntos e mais ainda do governador na casa dos 300% e não garantir uma condição mínima para vocês, para os nossos nobres servidores do Estado. Isso é falar que realmente Minas não tem governador, que Minas não tem governo. Fora os desmandos, fora a situação

calamitosa em que se encontra hoje a Cidade Administrativa de Minas Gerais. É mato para tudo quanto é canto, é buraco para tudo quanto é lado. Ele não tem capacidade de consertar um elevador.

Nós viemos aqui, juntamente com os deputados do Bloco Democracia e Luta, pedir aos nobres colegas deputados que aprovem as nossas emendas para garantirmos o reajuste dos servidores da saúde, do Hospital Universitário Clemente de Faria, em Montes Claros, e para garantir a recomposição salarial de todas as nossas categorias, dos servidores do Ipsemg, do IPSM, dos servidores da segurança. No mínimo, devem garantir a condição mínima. Mas eu quero aqui dizer a todos os colegas servidores, em especial aos nobres deputados, que um técnico de desenvolvimento econômico e social de ensino médio do Idene inicia sua carreira, deputado Doutor Jean, com vencimento de R\$1.155,00. Se não fosse a nossa gestão, em que convencemos, na época, a Seplag a garantir ao menos o vale-transporte e o vale-refeição, o trabalhador do Idene ainda teria que pagar para trabalhar. Hoje, mesmo com o vale-transporte e o vale-refeição, o salário bruto do servidor técnico de desenvolvimento econômico e social não passa de R\$1.155,00. Aí, considerados os descontos, o servidor não recebe nem R\$900,00. O valor de R\$900,00, dado pelo governo do Estado, é o salário do estagiário, que, com todo respeito, merece muito mais também.

Enquanto nós vimos aqui um analista da Copasa com salário inicial de R\$4.127,00; um analista do meio ambiente, com R\$3.280,00; um analista de seguridade social, com R\$3.102,00; um analista de gestão de defesa social, com apenas R\$4.204,00, que deveriam ser reajustados no mínimo naquilo que nós estamos propondo aqui juntamente com o deputado Sargento Rodrigues, juntamente com todo o Bloco Democracia e Luta, os servidores do Idene não passam da casa de R\$2.500,00.

A discussão que eu faço não é só sobre a questão do reajuste, que é necessário, que é mais do que justo, mas também sobre a importância de o Estado reconhecer cada carreira, a essencialidade de cada servidor para aquilo que ele se propõe. Nós sabemos, deputado Betão, que, se muito foi feito na região do Norte de Minas, no Mucuri, no Jequitinhonha, no Noroeste, foi com recursos do governo federal, porque mesmo esta Casa aprovando aqui o orçamento de R\$1.000.000.000,00 para o Fundo de Erradicação da Miséria, nós não vemos sequer R\$0,01 chegar à nossa região para que esse importante órgão, o Idene, possa se desenvolver para o nosso povo.

Diante dessa radiografia da situação atual dos servidores do Idene, nós percebemos que mais grave é a recomposição salarial das carreiras menores do Estado. Quanto menor a carreira, mais abaixo do salário mínimo tem sido a proposta do governador Zema. Aí esta Casa tem que ter o entendimento de que, se a Casa do povo cria a legislação, vota as leis para beneficiar o povo, como é que ela vai contra a Constituição Federal? A Constituição Federal prevê que a garantia mínima são os reajustes inflacionários de acordo com, no mínimo, o IPCA. São no mínimo as garantias para que um servidor, como esse do Idene que eu citei, tenha o vencimento básico acima do salário mínimo, mais ainda, o direito aos 52% de recomposição salarial do acúmulo dos últimos 10 anos.

Eu quero aqui só garantir ao povo de Minas Gerais que o nosso mandato, que o deputado Ricardo Campos, que o Bloco Democracia e Luta, que o deputado Sargento Rodrigues têm sido combativos na defesa de um Estado máximo, de um Estado em que o servidor seja valorizado e tenha condições dignas de trabalho para prestar um serviço de qualidade ao povo mineiro. Eu fico impressionado que muitos de vocês recebem, nas suas cidades, diversos parlamentares que, em época de eleição, estão sempre do lado do povo. O nosso apelo aqui é para que os colegas se sensibilizem e realmente façam valer a voz e o poder do cidadão.

Então eu quero aqui, presidente, encaminhar para que nós possamos votar as nossas emendas de apoio ao nosso servidor do Estado, para que juntos possamos fazer o mínimo da recomposição salarial que deveria ter sido promovida por este governador, por este governo. Como disse o deputado Lucas, a Emenda nº 17 vai garantir a incorporação do ano salarial para a garantia do pagamento do salário mínimo aos mais de 67 mil servidores que recebem menos do que um salário mínimo; a Emenda nº 18 vai garantir a recomposição de 33% do salário dos servidores da educação, para que o Estado cumpra o piso nacional da educação; a Emenda nº 7 propõe, no mínimo, os 5,79% do reajuste da inflação de 2022.

Por fim, com a Emenda nº 6, nós queremos que a garantia seja efetivada, que o pagamento da retroatividade seja feito em uma parcela, porque o servidor precisa de dinheiro no bolso para ter uma vida melhor. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Ricardo. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Pessoal, boa tarde. Nós estamos na reta final. Daqui a pouco vamos votar. O encaminhamento de votação é o último momento em que o parlamentar pode se inscrever e falar. Então, quero aproveitar esse tempo regimental, que são de 10 minutos, para fazer um balanço e prestar contas para vocês. Ao fazer isso aos servidores e servidoras, a gente presta contas à sociedade mineira. Nós, do Bloco Democracia e Luta, estivemos presentes em todas as comissões para debater. Apresentamos emendas e fizemos o debate. Não faltou quórum em comissão por causa nossa, não faltou quórum em Plenário por causa nossa, não tiramos o quórum hoje em respeito e compromisso a vocês, e vamos votar. A questão de que nós não abrimos mão é esse diálogo, que é o momento em que temos, exatamente, de prestar contas, de trazer o conteúdo e, na sequência, votar, o que deve acontecer daqui a pouco.

Quero também aproveitar e fazer um balanço da luta correta e acertada que os sindicatos fizeram, porque essa luta, que começou em 7 de maio – há um mês já a estamos fazendo praticamente –, salvou o Ipsemg e salvou o IPSM até o momento. Então é uma luta em que a gente foca em algo e amplia. Essa luta possibilitou avançarmos numa agenda muito concreta de que a Uemg nos alerta há anos, mas também as superintendências regionais de ensino nos alertam, e outros servidores sofrem do mesmo problema: no momento da licença-saúde, licença-maternidade, no momento mais importante ou mais difícil da sua vida, o Estado cortar quase metade da sua remuneração, que é a ajuda de custo. É a primeira coisa que ele faz. Não fosse esse processo e não fosse o diálogo com o presidente da Casa e o trabalho nosso, nós não teríamos avançado, para hoje, daqui a pouco, resolvermos essa questão da ajuda de custo para a licença-maternidade, a licença-paternidade, o luto e a licença médica.

Foi tudo? Não foi, não, mas, considerando o governo que nós enfrentamos, é importante, é avanço, é conquista, porque esse governo quer nos derrotar, colocando na gente aquele sentimento de desesperança, de que não adianta fazer nada porque nada funciona. E é por isso que, às vezes, alguns colegas não participam da mobilização. Não é porque eles estão com um salário melhor, porque está ruim para todo mundo, mas é por esse sentimento da desesperança. E o que a gente precisa dizer hoje é que só a luta nos garante e só a unidade do movimento sindical mineiro vai fazer com que a gente sobreviva até 2026, porque o governo continuará o mesmo depois dessa votação. Nós precisamos ter aprendido a lição desse semestre. Quando a gente se juntou, esse governo teve trabalho e teve que recuar, mesmo no 1%, mas ele não ficou na sua empáfia e arrogância de sempre. Ele não conseguiu aprovar as mudanças no IPSM e no Ipsemg, que era o desejo dele no início de maio, porque aqui, sem a resistência, consegue-se votar um projeto em três comissões no mesmo dia – vocês já aprenderam isso. Então, no dia de hoje, independentemente do resultado, o derrotado é o governo Zema, o desgastado é o governo Zema. E nós vamos trabalhar para proteger o Ipsemg e o IPSM.

Mas tem muita votação pela frente; é porque essa é a nossa última fala. E eu quero fazer uma reflexão para os nossos colegas, deputados e deputadas. Aqui, eu respeito todos. A gente também precisa aprender essa lição. Agora, está nas nossas redes sociais ou está na rede social do governador ou do servidor? Os cards que circulam nos cobrando posicionamento estão com a nossa cara ou com a cara do governador? É com a cara do deputado e da deputada. Estão nas nossas redes, porque a tática do governador é transferir o conflito para cá, para a Casa, e de preferência para nós, para que comecemos a brigar, porque, quanto mais nós brigarmos, mais o governo vai se rearticulando. Nós precisamos ter aprendido essa lição. O governo transfere para cá o desgaste; e com o Ipsemg e o IPSM isso vai se repetir, se a maioria não mudar a tática enquanto Casa, porque foi esse o desgaste do Regime de Recuperação Fiscal. O desgaste fica aqui, com o voto no painel; não é com o governador. Mal se fala do governador neste momento, porque cada canto deste estado vai olhar para este painel: quem marcou presença, quem marcou e votou, como votou. (– Palmas.) Então, este é um debate que estou fazendo entre nós. Até quando nós vamos aceitar, vamos topar que a gente, enquanto Legislativo, fique com a atenção, para o governo não precisar negociar? Por que o governo vai precisar negociar o Ipsemg e o IPSM? Joga para cá. Que eles se

desgastem com o conflito! Essa é a tática do governo Zema. Nós precisamos compreender isso. Aí pune um, pune outro, ameaça, fica um processo antidemocrático; o governo nem tem pudor. Era para este Plenário não estar acontecendo diante de uma situação com qualquer deputado. Uma deputada foi perseguida com exoneração de cargos. Outros deputados já têm a promessa: “Não o recebo. Não tem discussão, no secretariado. Não atendo a demanda dos seus municípios”. A gente precisa ter um processo para preservar o Legislativo, porque, se essa moda pega e, a cada votação tensa, alguém for punido por votar com o governo, nós estamos com uma dificuldade de ameaça à democracia. Controlar o Parlamento por meio da estrutura do Estado, que é o recado que o governo Zema está dando à Assembleia, é gravíssimo. Então, gente, nós fizemos tudo certo.

Quero chamar a atenção porque, até 2026, as pautas serão aqui. Então é muito importante que a gente sempre organize táticas que ocupem este Parlamento também, porque o governo não vai negociar. Se alguém tem a esperança de que depois ele vai conversar, não se engane, porque é um governo que é contra serviço público e contra servidor. Então ali não é o lugar do diálogo; aqui, é o lugar da tensão, mas também é o lugar do diálogo, é o lugar do servidor. Quem escutou o servidor neste um mês? Nós, aqui. Quantas vezes o governo marcou reunião com os servidores neste um mês em que este projeto está tramitando? Quantos sindicatos foram chamados a conversar sobre esse projeto? Essa é a face autoritária deste governo.

Então, a gente precisa aprender a lição de se juntar mais. Existem diferenças em algumas pautas entre nós? Com certeza, mas a gente construindo pontos de convergência, pontos de convergência, que foi o que nós fizemos neste Plenário... Nós temos partidos antagônicos que construíram tática conjunta, entendendo qual era a defesa: servidores. E os servidores foram mais importantes do que as nossas divergências ideológicas e de projeto de sociedade. É preciso haver mais esse comportamento entre todos nós: sindicatos, parlamentares, porque a política precisa estar a serviço do povo, e eu acredito que precisa estar a serviço do bem-viver. Como este governo, se puder, vai privatizar o ar que a gente respira e nós vamos batalhar por um estado que entregue para a população serviços de qualidade, a gente tem muito trabalho pela frente.

Neste Plenário, independentemente do resultado do painel... Nós estamos disputando voto a voto, mas independentemente do resultado desse painel, o governo Zema sai derrotado desse processo porque, se ele precisa ameaçar, intimidar para conseguir um voto, é um governo já derrotado, é um governo derrotado porque ele queria resolver isso em uma semana. Refiro-me ao reajuste que não era nem a inflação, levando o Ipsemg e o IPSM. Ele foi derrotado na sua tática. Então nos fortaleçamos para as próximas pautas que virão. Quando os encaminhamentos terminarem, a gente vai votar...

Concluindo, presidente, a gente vai votar o parecer. A questão da ajuda de custo está no parecer, então a votação não é separada, é no parecer. Na sequência, votaremos as emendas destacadas, que já foram explicadas; não são destacadas, porque, neste momento, nem podemos destacar emenda, mas as emendas já foram explicadas pelos meus colegas que me antecederam. Aí a gente não vai explicar nem encaminhar individualmente. A gente vai votar uma a uma. E faremos todas as votações defendendo os servidores, o serviço público, defendendo o processo democrático.

Obrigada, presidente. Já concluí.

O presidente – Obrigada, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Primeiro, boa tarde a todos os deputados e deputadas, trabalhadores da Assembleia, público que nos assiste pelas redes sociais, pela TV Assembleia.

Eu e os servidores, obviamente, todos os presentes das mais diferentes áreas do Estado de Minas... Eu sempre gosto de dizer que o serviço público talvez seja o bem mais precioso que uma população possa ter num estado, numa nação, em qualquer parte do mundo. Um país, um estado sem serviço público é fadado a levar a sua população à miséria. E, para tocar esse serviço público, obviamente, precisamos dos servidores públicos: educadores, médicos, enfermeiros, pessoal do meio ambiente, engenheiros, os mais diversos nesses serviços que existem para atender a população. Por isso estamos insistindo, dentre várias emendas, nessa emenda que

prevê uma recomposição de mais de 5,79% e que não foi tirada de trás da orelha, como alguns podem pensar, só para poder confrontar o governo, mas, sim, porque diversas categorias, presidente, não tiveram o reajuste em 2022, ou seja, 0% de índice.

Constitucionalmente, está previsto que tem que ser paga no mínimo a reconstituição da inflação, e tivemos 0%. Essa emenda, que é um dos carros-chefes – depois vou fazer a leitura para lembrar as demais –, pode repor isso para essas categorias. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, acho que poderíamos até pensar qual a forma de pagamento dessa recomposição para que pudéssemos atingir os 10,69%. Porque infelizmente, no governo Zema, desde que nós chegamos aqui... Eu gosto muito de lembrar isto: a primeira coisa que o governo fez em 2019 com as diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras do Estado foi tentar dividi-las, apresentando um índice completamente diferenciado para as forças de segurança, um reajuste superior a 40%, que ele não pagou, deu calote – é bom lembrar isso de novo –, pagou uma parcela e não pagou mais nada, e índices pífios, abaixo da inflação ou, como eu disse agora há pouco, sem qualquer reajuste para os outros trabalhadores. Então, nós vivemos desde 2019 uma política de tentar atacar os trabalhadores do Estado de Minas Gerais. Primeiro, foi a reforma da previdência. Lembrando que essa discussão foi feita no meio da pandemia, com o Plenário fechado, com os deputados de forma remota, sem qualquer discussão com os sindicatos, que tiveram 5 minutos para falar de forma remota também. E foi aprovada nesta Casa uma reforma da previdência que prejudicou, e muito, os servidores do Estado.

Não cumpriu acordos. Como eu disse, índices negativos. Não pagamento do piso do magistério conforme prevê a lei. Eu não estou nem falando do pagamento do piso sobre as 24 horas semanais, como está na Constituição do Estado, que ele tenta derrubar a todo momento. E nem aplicou o índice de reajuste, que foi aplicado em diversos municípios e diversos estados. Não aplicou o Piso Nacional da Enfermagem, que é uma outra luta grande. A todo momento tentou levar o Estado de Minas Gerais... Tentou jogar para a Assembleia Legislativa que os deputados e as deputadas aprovassem o Regime de Recuperação Fiscal, a adesão do Estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal, um fracasso que foi experimentado pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Estado do Rio Grande do Sul. A todo momento, privatizações das nossas empresas estatais. Provavelmente, nós vamos ter problema se essa PEC, que se encontra lá no Senado, de privatização das praias... Apesar de a gente não ter uma praia litorânea, nós temos as praias dos grandes lagos, das grandes lagoas de Minas Gerais.

Então, como a deputada Beatriz disse aqui muito bem, ele joga uma bomba para dentro da Assembleia de Minas Gerais, e os deputados e as deputadas que resolvam. O Parlamento, gente, foi feito para a gente poder discutir, para a gente poder debater o contraditório, não é? “Parlamento” vem do latim *parlare*, falar. Infelizmente, aqui nós só estamos escutando a oposição falar. Por quê? Com a política que o governo coloca, além de pegar deputados da base e castigá-los pelo voto que deram, ainda amordaça esses deputados até na condição de poderem fazer a defesa do projeto que ele tenta apresentar aqui.

Então eu gostaria de lembrar, porque essas emendas aqui... Aliás, gente, na semana que vem, nós vamos ter duras batalhas aqui, provavelmente nas duas próximas semanas, com a questão do reajuste do Ipsemg e do reajuste do IPSM. Então, lembrando aqui para quem não pegou: pagamento, ser for aprovado aqui qualquer índice, ele vai ter que pagar esses valores retroativamente a 1º de janeiro.

Então nós estamos com uma emenda, que é a Emenda nº 6, para que seja pago em uma única parcela no mês subsequente à publicação. A Emenda nº 7 prevê 5,79%, que é a proposta de reajuste referente à inflação de 2022 e que não foi paga a várias categorias. Gratificações por Atividades de Gestão da Saúde, uma emenda do deputado Lucas Lasmar. Garantia de incorporação de ônus salarial para pagamento do salário mínimo aos 67 mil servidores. Oh, gente! São 67 mil servidores, deputada Andréia, que recebem menos que um salário mínimo! Deputado Lucas Lasmar, isso foi muito bem colocado pelo senhor.

E uma emenda muito importante, que foi apresentada aqui pelo bloco e que diz respeito ao magistério estadual, é a da recomposição do piso nacional da educação, de 33,24%, que é o reajuste que não foi pago. Na minha cidade de Juiz de Fora, a Prefeitura Municipal pagou; em Contagem, pagou; em Lima Duarte, pagou. Enfim, vários municípios pagaram o reajuste de 33,24%.

Diga-se de passagem, esses três municípios que eu citei são prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores, mas eu sei que existem outras de outros espectros partidários que pagaram essa emenda.

Então, companheirada, nós vamos ter muita luta ainda para fazer. Nós precisamos de muita força e da unidade das categorias de trabalhadores do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente e Srs. Deputados, serei muito breve e objetivo. Nós apresentamos várias emendas, mas a emenda destacada, para a qual a gente vai pedir apoio aos colegas deputados e às colegas deputadas, é a Emenda nº 16, que a gente entendeu que era o mínimo do mínimo de justiça com os servidores da segurança pública. O bloco da oposição, inclusive, assinou com a gente. São 29 deputados e deputadas que assinam a emenda. Eu assinei as outras, como também o bloco da oposição, ou seja, assinamos as outras emendas juntos. E o que nós estamos querendo aqui é apenas o que é direito, os 5,79% da inflação de 2022. Então, a Emenda nº 16 é o que nós estamos pedindo aos colegas deputados e às colegas deputadas.

Presidente, mais cedo eu fiz aqui uma exposição e mostrei isso aos colegas deputados e às colegas deputadas. Fiz questão de digitar isso no gabinete, imprimir essas folhas, distribuí aos deputados e às deputadas, por quê? Porque eu sabia que era necessário explicar, porque tem colega deputado aqui... Eu já estou aqui, deputado Lucas Lasmar, no sétimo mandato, e a gente percebe que alguns companheiros, principalmente os do interior, chegam, vão direto para garagem e, da garagem, sobem para o gabinete, onde fazem os despachos, ligam, saem daqui e vão à Cidade Administrativa, cumprem algum compromisso, voltam para a garagem e vão embora. Muitas vezes, o deputado não tem tempo para se debruçar sobre assuntos mais complexos e nem para fazer uma observação mais atenta por causa da correria e, às vezes, nem as próprias dependências da Assembleia eles conhecem direito.

Por que eu estou falando isso? Porque é preciso, Professor Cleiton, ser bastante didático com alguns colegas para eles entenderem o que estão fazendo. Não foi por acaso que eu mandei fazer esse cartaz em tamanho A1 para que eles entendessem que não estão votando... Viu, deputado Alencar? O senhor não vai aprovar recomposição para nenhum policial; o senhor vai, na prática, diminuir o salário, porque 4,62% vão retirar de um soldado da PM e do bombeiro R\$48,00. E isso, deputada Andréia de Jesus, não é retórica. Aqui não é ciência elástica, é ciência exata. Aumenta-se em 4,62%, vem o desconto do IPSM, o salário fica menor do que é hoje. É isso!

Então eu continuo fazendo um apelo. O meu colega deputado Alencar – já estou convivendo com ele pelo sétimo mandato –, no mandato passado, Professor Cleiton, era um ferrenho opositor do governador Romeu Zema, inclusive em questão até salarial. Eu vi aqui vários discursos dele calorosos criticando o governo. Depois, votou aumento do Zema de 298% e agora, não sei porquê, não está com boa vontade para votar. Mas eu ainda confio em você, Alencar. Na hora certa, na hora do voto, eu acho que a sua consciência vai falar mais alto e você vai votar conosco.

Então, presidente... Só um minutinho, gente, só um minutinho. Por favor, gente, só um minutinho. Eu queria, presidente, encerrar a minha fala dizendo o seguinte... Só um segundinho, por favor, só um segundo. Por favor, gente. Eu queria, deputado Ulysses; deputado Doutor Jean; deputado Professor Cleiton; deputada Chiara Biondini, esta grata revelação que nós temos aqui... Deputada Chiara Biondini, muito provavelmente, o governo conseguirá nos derrotar aqui hoje no voto. Mas de uma coisa vocês podem ter certeza: nós, que estamos com a verdade; nós, que somos coerentes; nós, que estamos defendendo o que é justo – nós estamos defendendo aquilo que o próprio governador prometeu –, não sairemos derrotados daqui. Não serão os servidores, não seremos nós, que estamos defendendo a verdade, que somos coerentes e estamos pedindo aos deputados da base que também sejam coerentes... É isto: que sejam coerentes.

Se nós sairmos daqui hoje derrotados nessa emenda, a derrota não será nossa. A derrota é dos deputados que aumentaram o salário do governador em 298% e agora querem aprovar as migalhas dos 4,62%. Esses, sim, serão derrotados moralmente. Esses serão derrotados moralmente, porque eu... Eu ouvi aqui o colega deputado dizer que circula por qualquer canto do País, do Estado e da

cidade. É o que eu faço. Eu não tenho receio de sair e encontrar servidor. Pelo contrário, eu me sinto muito bem ao lado dos servidores. Eu não corro de servidor público, porque sempre fui coerente com o mandato que eu exerço. E eu espero que os deputados que, na semana passada, votaram pela derrubada da Emenda nº 57 hoje repensem o seu voto e aprovem a Emenda nº 16. Sabe por quê? Porque quem sairá derrotado moralmente serão os deputados da base, porque, mesmo o governador fazendo o compromisso, eles não tiveram a coragem de vir aqui e falar: “Eu vou votar com o compromisso do Zema”. Porque foi isso que o Zema fez, o Zema assumiu o compromisso de fazer a recomposição.

Emenda nº 16, voto “sim”, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde! Boa tarde!

Pessoal, eu acho... Acho não, eu sou o último inscrito a fazer encaminhamento e não sei se já está definida a votação ou não. Mas ouvi atentamente os colegas deputados aqui falarem. Independentemente do resultado, algumas coisas nos chamam a atenção. A deputada Beatriz Cerqueira chamou muito a atenção para a questão da unidade, para, muitas vezes, esquecermos o que nos divide e pegarmos o que nos une. Aqui a defesa dos servidores e das servidoras nos une.

O deputado Sargento Rodrigues falou aqui que, independentemente do resultado, sabemos o lado certo da história. Tenho a certeza absoluta de que estamos do lado certo da história. Aqui estamos defendendo, primeiro, algo que o próprio governador defendeu lá atrás, quando disse que honraria a recomposição salarial, porque achava um absurdo o servidor público, a servidora pública não ter recomposição salarial. Oi! Não escutei. Mas essa mesma pessoa mandou para cá projetos de lei que favoreciam doadores de campanha dele. Essa mesma pessoa mandou projetos de lei aumentando o salário dele. Usou o argumento de que, se o servidor não estiver contente, vá para a iniciativa privada. Foi de lá que ele veio. Foi de lá que ele veio! Ele, no momento, o governador Zema é um servidor público. Se ele não está contente, que vá para a iniciativa privada, de onde ele veio. Mas há algo que diferencia esse servidor público, que é o Zema, de vocês: há muitas coisas, e uma delas é o salário dele; a outra é a situação de ele mesmo colocar esse aumento. Vocês se lembram de quando ele disse que estava difícil achar secretários e secretárias? Aí ele trouxe para cá a proposta de aumento de salários e de jetons, para talvez, assim, eles aceitem a ser secretários. Agora, pergunto: se os secretários não estavam aceitando ser secretários com os salários que tinham, o servidor tem de aceitar? O servidor tem de aceitar enfrentar a pandemia, como os companheiros da saúde, e não serem reconhecidos? Os companheiros da segurança pública têm de aceitar?

Aqui, Sargento Rodrigues, fico pensando... Quero chamar cada deputado e cada deputada que comparece aos quartéis, às cidades para entregar veículos, Sargento Rodrigues. É muito bonito e necessário entregar um veículo que, muitas vezes, nem é fruto de emenda parlamentar, mas ele leva o louro, Coronel Sandro, de entregá-lo. Olha, o veículo é importante, sim, na segurança pública, mas tenho a certeza de que mais do que um veículo o que os policiais esperam e almejam é o reconhecimento no salário deles, e não só um veículo.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, companheiros da Polícia Militar, da Polícia Civil, quando um deputado chegar entregando um veículo, pergunte a ele de que lado ele estava na história, se ele votou no aumento. Pergunte, pergunte mesmo de que lado ele estava ao votar o aumento de salário.

Ontem foi o Dia Mundial do Meio Ambiente. É muito bonito fazer discursos defendendo o meio ambiente, mas os servidores do meio ambiente estão desde 2016 esperando um plano de carreira, já com decisão judicial, e nada foi cumprido desde 2016. Defender o meio ambiente é defender sobretudo o servidor e a servidora que atuam no meio ambiente. Pessoal, a cidade mais quente do Brasil, no ano passado, foi a cidade de Araçuaí, e ela também foi a cidade que mais desmatou, talvez por falta de fiscalização. Isso tudo tem a ver com o que nós estamos discutindo aqui; isso tudo tem a ver com o reconhecimento do servidor e da

servidora. Foi falado, muito bem, pelo deputado Sargento Rodrigues e pela deputada Beatriz – é dar com uma mão um pouquinho e tirar com outra muito mais, no caso do Ipsemg, por exemplo.

Eu sou filho de uma servidora pública aposentada, e, muitas vezes, fui atendido pelo serviço de odontologia e de medicina do Ipsemg, e agora esses filhos vão ter que contribuir! É isso que pensa o governador. O governador quer precarizar um serviço que, a cada ano que passa, está mais precarizado. O que ele vai tirar da Polícia Militar e o que vai tirar da educação e dos servidores que têm o Ipsemg é muito mais do que o que vai dar nesse aumento!

Quando a gente fala de um aumento de 10,57%... Muito bem, é cumprir o reajuste; é cumprir o que ele mesmo disse, a inflação do ano passado e a inflação de 2022. Essa conta é simples, e é assim que nós encontramos essa conta, esse número. Por isso eu quero chamar a atenção de cada servidor e de cada servidora: independentemente do governo que lá esteja, independentemente do governo que venha depois, não esperem só este momento para que vocês possam se reunir nesta Casa. Vocês sabem muito bem que aqui nós perpassamos a questão de sigla partidária quando a questão é a defesa do servidor e da servidora; aqui vocês têm parlamentares de vários blocos defendendo os servidores e as servidoras.

Colegas deputados e deputadas presentes, nós já estamos nos encaminhando para o processo de votação e não temos muito mais o que fazer, a não ser pedir que pensem um pouco! Cada deputado e cada deputada tem um servidor e tem uma servidora na família, Tito; cada um tem – ou um vizinho tem – alguém, um servidor ou uma servidora na família. Por isso, pensem agora! Não tenham medo!

Assim como outros colegas fizeram... Parabéns, deputada Chiara! Nós somos de partidos opostos, mas eu tenho certeza de que V. Exa. escolheu o lado certo da história: estar ao lado do servidor e da servidora. Viva os servidores deste Estado de Minas Gerais!

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, eu queria fazer apenas o encaminhamento das emendas para que a gente possa iniciar o processo de votação. Eu quero pedir ao pessoal das galerias... É porque a gente precisa fazer a orientação dos votos, e aí fica difícil. Eu queria agradecer a mobilização de todos. Nós já vamos iniciar a votação, presidente.

Eu queria, rapidamente, agradecer e parabenizar a mobilização dos servidores. Todo o nosso bloco, nessas semanas de luta, em cada uma das comissões e no Plenário, isto é, os deputados e as deputadas do bloco de oposição enfrentaram todo o debate, e hoje nós vamos encaminhar o voto favorável ao projeto. Apesar de compreender que a forma mais justa era que o projeto, na sua composição, viesse com toda a recomposição, nós vamos encaminhar favoravelmente ao projeto. Em seguida, o que vai ser muito importante é o encaminhamento de cada uma das emendas.

No processo de votação no 2º turno, não é possível que a gente encaminhe cada uma. Então nós vamos entrar num processo rápido, agora, de votação do projeto e das várias emendas. Dessas várias emendas, eu queria comentar cinco delas, e farei encaminhamento pelo voto “sim”. A Emenda nº 6, do nosso bloco, propõe o pagamento retroativo a 1º de janeiro e que seja pago em apenas uma parcela no mês subsequente, ou seja, no mês que vem. Então eu queria encaminhar o voto “sim”, pedindo o apoio dos deputados para que a gente garanta que o reajuste aprovado seja pago, o seu retroativo, em uma parcela.

A Emenda nº 7 é a principal emenda para a qual a gente quer pedir o encaminhamento. Eu queria pedir a atenção dos senhores. A Emenda nº 7 é a emenda que propõe o reajuste da inflação do ano de 2022, que o governo não pagou até hoje. E, para que não haja dúvida sobre algum impacto neste ano, a emenda propõe que ele seja pago a partir do ano que vem. Então, na Emenda nº 7, o encaminhamento é pelo voto “sim”.

A Emenda nº 15 diz respeito à Gratificação por Atividades de Gestão da Saúde. A Emenda nº 17 é a garantia da incorporação para mais de 67 mil servidores no Estado, que, infelizmente, não recebem o mínimo, o salário mínimo. Então é uma emenda das mais justas que nós estamos apresentando aqui, hoje. A Emenda nº 17, deputados e deputadas, quer incorporar o bônus

dos servidores ao seu salário, porque, pasmem, o aumento que cada um e cada uma votar aqui, hoje, deputado Cleiton, seja ele de 4,62%, seja o previsto na nossa emenda, que é de 5,79%, enfim, seja qual for o reajuste aprovado, ele não vai impactar em nada a vida de 67 mil servidores que ganham R\$1.080,00. Esse valor R\$1.080,00 é menos do que um salário mínimo. Como a Constituição não permite que se receba menos de um salário mínimo, esses 67 mil servidores têm um abono; só que o reajuste não vai sobre o abono, vai só sobre R\$1.080,00. Então nós estamos apresentando uma emenda para que esse abono seja incorporado ao salário e para que esses 67 mil servidores possam receber o pequeno reajuste. Essa é a Emenda nº 17.

E a última delas é a Emenda nº 18, da recomposição do piso nacional salarial.

Então, nessas emendas, nós encaminhamos o voto “sim”, na certeza de que a luta do nosso Bloco Democracia e Luta é pela valorização dos servidores. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Sr. Presidente, orientamos o voto “sim” ao projeto principal e “não” a todas as emendas.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

3.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 6.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, peço que seja lida a emenda, por favor.

O presidente – É regimental. Com a palavra, o secretário para proceder à leitura da emenda.

O secretário (deputado Antonio Carlos Arantes) – (– Lê a Emenda nº 6, que foi publicada na edição anterior).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 6.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

6.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Com a palavra, o secretário para proceder à leitura da Emenda nº 7.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 7, que foi publicada na edição anterior).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 7.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

7.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)

Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 11.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

11.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 12.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

12.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 13.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

13.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 14.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

14.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 15.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. fizesse a leitura da emenda, por favor.

O presidente – É regimental. Com a palavra, o secretário para proceder à leitura da emenda.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 15, que foi publicada na edição anterior.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 15.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº

15.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)
O presidente – Em votação, a Emenda nº 16.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente.

O presidente – Não há encaminhamento neste momento, deputado Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, não é encaminhamento. É só para pedir... A leitura que ele está fazendo, ninguém está entendendo nada, absolutamente nada.

O presidente – Por favor, a presidência pede para que aumente o microfone do deputado Antonio Carlos Arantes e pede ao secretário que faça a leitura da referida emenda.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 16, que foi publicada na edição anterior.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 16.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº 16.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 17.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. fizesse a leitura da emenda, por favor.

O presidente – É regimental. Com a palavra, o secretário para proceder à leitura da emenda.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 17, que foi publicada na edição anterior.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 17.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” da deputada Bella Gonçalves e do deputado Leleco Pimentel. Portanto, votaram “sim” 29 deputados; votaram “não” 35 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº 17.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 18.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. fizesse a leitura da emenda, por favor.

O presidente – É regimental. Com a palavra, o secretário para proceder à leitura da emenda.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 18, que foi publicada na edição anterior.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 18.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 64 votos. Está rejeitada a Emenda nº 18. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.309/2024 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)
Doorgal Andrada (PRD)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, do ex-deputado desta Casa, e atual deputado federal Eros Biondini. Seja bem-vindo à Casa!

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 40/2023 e dos Projetos de Lei nºs 711, 1.192, 1.300, 1.306, 1.494, 1.835 e 1.870/2023 e 2.309/2024 (À sanção.).

Declarações de Voto

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, presidente. Caros colegas deputados, caras colegas deputadas, hoje nós vimos, mais uma vez, a força da mobilização dos servidores do Estado, de todas as áreas: saúde, educação, Idene, segurança. Mas, lamentavelmente, nós vimos que a Casa, mais uma vez, a base governista abaixou o tom e garantiu a manutenção daquilo que o governador quer: enfraquecer a política pública através do enfraquecimento das condições de salário e de trabalho do servidor. Mas eu queria também falar da alegria de ver a força da mobilização popular, em especial da população quilombola, da população indígena, das subseções da OAB. E nós conseguimos, com o apoio amplo desta Casa, a aprovação de um projeto importante, de uma redistribuição de justiça social. A aprovação do PLC nº 40, de autoria do Tribunal de Justiça, com as emendas aprovadas por esta Casa, parte delas de nossa autoria, vai garantir a segunda entrância na Comarca de Manga, assegurando atendimento à população indígena, à população quilombola de um município daquela região tão maravilhosa do extremo Norte. Nós, juntamente com o deputado federal Paulo Guedes, com a deputada Leninha, com a deputada Célia Xakriabá, com o apoio do nosso presidente e do Bloco Democracia e Luta, trouxemos a pauta, e o Tribunal de Justiça entendeu o sentimento da população, que precisa de apoio do governo para ações de políticas públicas. Esta aprovação foi uma vitória do povo barranqueiro, uma vitória do Norte de Minas: a efetivação da segunda entrância jurisdicional na Comarca de Manga. Foi uma vitória também para o nosso povo da Comarca de São João da Ponte, que atenderá a população quilombola do maior território quilombola certificado no nosso estado e um dos primeiros do Brasil. Mais ainda, atenderá o povo de Varzelândia, de Ibiracatu, de Lontra e de toda a região. Além disso, é claro, cita-se a iniciativa importante do nosso presidente, com a implantação da 2ª entrância na Comarca de Jaíba. Nós podemos ver que a mobilização popular, através do PLC nº 40, do Tribunal de Justiça, efetivou agora a destinação de juízes efetivos, além de prédios maravilhosos que têm sido erguidos nas comarcas para a população de Águas Formosas, de Arinos, de Espinosa, de Montalvânia, de Monte Azul, de Novo Cruzeiro, de Porteirinha, de Rio Pardo de Minas, de Taiobeiras, de São João do Paraíso, de Serro, de Três Marias, de Três Pontas, de Itamarandiba, de Turmalina, para atender as demandas de mais de 100 mil processos judiciais que tramitam há mais de 10 anos. Por fim, hoje também tivemos um avanço com a conquista de uma luta travada desde o primeiro dia de nosso mandato: a cobrança da efetivação dos concursos para os cartórios de distritos e municípios pequenos de Minas Gerais. A luta não foi em vão. Com o apoio do deputado Rodrigo Lopes, dos nossos deputados do Bloco Democracia e Luta, do deputado Roberto Andrade, do nosso presidente, desta Mesa, da Assembleia Legislativa, conseguimos garantir a manutenção dos serventuários nos cartórios de distritos e de municípios pequenos. Conseguimos também a continuidade do funcionamento dos cartórios nos distritos e nos nossos municípios para atender o cidadão que, muitas vezes, tinha que se deslocar por 30km, 50km, passar o dia na estrada, correndo risco de vida, para ir até a sede de outros municípios fazer um serviço que já é feito, há muitos anos, em cada distrito, como no Distrito de Santo Antônio da Boa Vista, em São João da Ponte; Pitarana, em Montalvânia; Nova Esperança, em Montes Claros, e tantos outros por toda Minas Gerais; e em cidades pequenas, como Mamonas. Então, hoje, parte da luta do nosso povo mineiro não foi em vão. Aprovamos importantes emendas ao PLC nº 40, que vai garantir a ampliação do atendimento da justiça, em nossa região, ao povo geraizeiro e o funcionamento dos cartórios nos distritos, nas comarcas pequenas e nos nossos municípios menores do Estado. Muito obrigado, presidente. Obrigado a toda esta Casa pelo apoio a essa questão tão importante para uma região sempre esquecida pelo governo de Minas Gerais.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados e deputadas, pessoas que ainda acompanham este fim de reunião Plenário. Eu trouxe um símbolo que, para mim, é muito caro, ou seja, para o povo negro. Para

alguns, é conhecido como balangandã, mas esse é o símbolo da liberdade que a maioria do povo negro conseguiu com o trabalho. O trabalho de cada uma dessas peças simboliza parte do trabalho de mulheres, que, com a sua força de trabalho, com o seu suor, conquistaram liberdade. Infelizmente, com um governo liberal que se espalha no País – e Minas Gerais é o modelo –, o trabalho continua sendo penoso, o trabalho continua sendo a única forma de alcançar a liberdade. Nós lutamos muito para que os servidores do Estado de Minas Gerais tivessem a dignidade de obter a recomposição salarial, de ter o mínimo, que é a recomposição da inflação. Mas nós saímos daqui – eu digo por mim –, mais uma vez, reconhecendo que o nosso papel é continuar lutando para que o trabalho dos servidores, que representa o serviço público para a maioria de Minas Gerais, para a maioria de famílias, não seja destruído por esse governo. A luta é árdua. Há dias, os trabalhadores estão nesta Casa lutando pela recomposição, e saio daqui vendo deputados eleitos, escolhidos pelo povo mineiro, tomando a decisão de deixar mais famílias empobrecidas, sem dignidade, e continuando entendendo o trabalho como ferramenta de luta, de liberdade. Votei favoravelmente a todas as emendas construídas pelo bloco, construídas por outros parceiros da Casa para garantir que a recomposição não fosse um flagelo. É mais um ano de muita dor, de muitas horas gritando neste Plenário, buscando o direito que não nasce neste Plenário. O direito nasce quando você já começa a trabalhar. Você tem direito a salário e à recomposição desde o momento que você faz o concurso. Reivindicando novamente a alforria que foi alcançada pela maioria do povo negro com o trabalho – não foi com lei –, eu quero dizer, mais uma vez, ao governador que não use as redes sociais, que não use a imprensa para desqualificar servidor público. Se existe servidor que é uma casta, como ele diz, não são esses que estavam no Plenário, hoje, lutando por dignidade, porque são esses que entram na casa de cada um dos mineiros toda semana. São servidores da educação, segurança pública, que estão nas ruas pegando sol e chuva. Não avançaremos na democracia enquanto tivermos um governador que nega direito a trabalhadores, que mantém este estado, que hoje mantém o salário dele. Inclusive, quero denunciar que é o governador que tem o maior salário entre outros governadores, inclusive os do Sudeste. Refiro-me a esse que se assumiu não político, e a única coisa que fez até hoje foi entrar para o Estado e demonstrar que a iniciativa privada só tem força porque ela explora o Estado e retira dele dinheiro, recurso. Para concluir, digo que tenho a minha consciência limpa de que a minha luta é para garantir direito e dignidade àqueles que sabem a diferença de levar o salário para a casa, a família. E eu vou seguir, mesmo que frustrada com o resultado de hoje, denunciando um Estado que quer escravizar servidores públicos. Obrigada, presidente!

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadão que nos acompanha pela TV Assembleia, já exercendo aqui o 26º ano de mandato nesta Casa, a gente vai percebendo o quanto alguns colegas deputados e deputadas vão perdendo o norte, vão perdendo a coerência e vão perdendo, acima de tudo, a sensibilidade humana. É mais fácil você seguir a orientação do governador, votar com o governador e dizer “olha, governador, eu votei com o senhor, eu fiz do jeito que o senhor pediu”, e o servidor é que vai continuar pagando a conta. Eu fiz questão, presidente, de mais cedo ler aqui uma correspondência de um delegado de polícia, e ele trazia na sua fala... Só que, naquele momento, muitos deputados... Pouquíssimos deputados mantiveram a atenção, até pelo barulho do conjunto de deputados e deputadas; e várias discussões paralelas acabaram tirando a atenção de muitos. Ele tem, em sua fala, Sr. Presidente... O deputado João Magalhães talvez tenha tido a oportunidade de ouvir parte da fala. Inclusive, deputado João Magalhães, o delegado de polícia que pediu que eu fizesse esse relato aqui da tribuna é da região onde V. Exa. é votado, onde líder do governo é votado, e o grande desabafo desse delegado de polícia é o seguinte: “Olha, vocês podem até não conceder. O governador pode continuar insensível, os deputados podem continuar insensíveis, mas quem vai sentir na própria pele é a população”. Por que a população vai sentir, deputado João Magalhães? Vai sentir a frieza do governador. Vai sentir a insensibilidade do governador e de deputados desta Casa, dos 36 deputados e deputadas que hoje disseram “não” à emenda da segurança pública. Deputado Caporezzo, deputada Chiara, deputada Beatriz, deputado Tito, deputado Bim da Ambulância, de uma coisa os senhores podem ter certeza: nós saímos do Plenário hoje de cabeça erguida, defendendo aquilo que era justo. Nós defendíamos, e continuamos a defender, a inflação de 2022 e 2023 e, ao defender a inflação de 2022 e 2023, nós estávamos, deputada Beatriz, defendendo aquilo com que o próprio governador se comprometeu várias vezes. Quem não tem palavra, quem não tem honra é o governador. Agora, se

os deputados e as deputadas querem seguir a orientação de um governador que não tem palavra, é uma escolha. Então 36 deputados e deputadas saíram daqui hoje... Eles não vão sair igual a nós, os 28 deputados e deputadas que sairemos do Plenário e vamos retornar à nossa casa. Nós retornaremos de cabeça erguida, nós retornaremos sabendo que defendemos aquilo que era justo para o servidor e, acima de tudo, direito, porque o IPCA está previsto no inciso X do art. 37. Então o governador não faria nenhum favor e nenhuma gracinha ao conceder a inflação de 2022 e 2023. Na prática, ele deveria fazer porque é sua obrigação recompor a perda inflacionária. Mas eu insisto: os senhores e as senhoras, deputados e deputadas, os 36 que foram liderados pelo deputado João Magalhães aqui hoje e que votaram contra a emenda não voltarão com a consciência tranquila para casa. Os senhores, não! Os senhores, na verdade, foram derrotados pela incapacidade de ter autonomia no mandato, derrotados porque não tiveram o livre-arbítrio, derrotados porque não foram coerentes, derrotados porque não foram justos. E aqui eu volto à fala do delegado de polícia, que assim se manifestou: “Quem perderá será a população.” E, no momento em que a insegurança pública bater na porta desses deputados, eles vão se lembrar: “Olha, fomos nós que ajudamos o governador a colocar a população nessa situação”. Porque eu tenho certeza de que, primeiro, a estrita legalidade não vai parar. O pessoal da segurança pública, deputado João Magalhães, não vai engolir o que o governador vem fazendo; não vai engolir a mentira da ata assinada e duas parcelas que deram o calote; não vai engolir as duas vezes que ele foi à televisão dizer que faria a recomposição e não fez. Sabe por quê, deputado João Magalhães? No dia a dia, polícia prende um-sete-um, prende estelionatário. Se o Zema, deputado Ulysses, não fosse governador, seria o tipo do cara que já estaria preso pela polícia por aplicar o estelionato no servidor público. Então, os senhores e as senhoras, deputados e deputadas, que votaram contra a emenda e os servidores podem ter certeza disso: são os senhores que vão votar, mas sem a consciência tranquila. Esses votaram com o governador, votaram com a mentira do governador, votaram com a desonestidade do governador e votaram com o governador, que é um homem que não tem palavra. Nós, não! Nós sairemos daqui hoje tranquilos e de cabeça erguida. E eu tenho certeza de que, quando a insegurança pública bater na porta desses parlamentares, eles vão lembrar que policial militar existe, que policial civil existe, que bombeiro militar existe, que policial penal existe, que agente socioeducativo existe, que servidores administrativos da segurança existem. Eu saio aqui hoje do Plenário com a missão cumprida e de cabeça erguida, sabendo que defendi o tempo todo aquilo que era justo, a inflação para os servidores da segurança pública e os demais servidores do Estado. Muito obrigado, presidente.

A presidenta (deputada Beatriz Cerqueira) – Obrigada, deputado. Quero agradecer-lhe e parabenizá-lo pelo trabalho. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, quero, nesta declaração de voto, primeiramente parabenizar o parlamentar que me antecedeu, deputado Sargento Rodrigues. Eu, como companheiro de partido, companheiro de bancada, sou testemunha da luta que enfrenta sempre em defesa dos servidores da segurança pública. E não é de hoje; sou testemunha desde 2019, quando ingressei nesta Casa. O recado que eu quero transmitir, Sra. Presidente, é o seguinte: eu não sou inimigo do governo; eu não sou inimigo do governador, muito pelo contrário. Quantas vezes subi nesta tribuna para defender medidas do governo Romeu Zema? Quantas vezes, neste Plenário, votei a favor do governador Romeu Zema? Agora, o governador não pode pensar que a gente é obrigado a concordar com ele sempre, porque não é assim que a política funciona. E, neste contexto, eu quero parabenizar a deputada Chiara Biondini, que hoje deu uma resposta ao governador e não vai ceder à pressão. O governador fez uma sacanagem com ela, mas ela veio aqui, manteve-se firme e votou de acordo com suas convicções. É assim que tem que ser para o governo entender que não vai levar apoio na marra. Eu já passei por situação semelhante. Na época em que nós votamos o aumento do ICMS, eu era vice-líder de governo. Eu votei contra o aumento do ICMS e, coincidentemente, deixei de ser vice-líder. E o que muda na minha vida? Não muda nada! Sigo o meu mandato com a consciência tranquila, porque eu voto de acordo com as minhas convicções. Então o recado que eu quero dar – e me sinto tranquilo de falar em nome da Chiara e em nome de todos os nossos deputados do PL, conservadores de direita – é que nós temos portas abertas para dialogar e construir com o governador. Nós queremos, sim, fazer uma Minas Gerais melhor. Não adianta pensar que você vai ter a direita conservadora num cabresto e que a gente vai fazer tudo o que o

senhor quiser. Se o senhor quiser sentar, conversar, dialogar, construir, estaremos à disposição. Se o senhor quiser impor a sua vontade na marra, o resultado vai ser esse aí. O senhor até ganhou, mas não com o nosso voto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Encerramento

A presidenta – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/6/2024

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Roberto Andrade – Entrega de Título – Palavras do Sr. Jarbas Soares Júnior – Palavras do Sr. José Arthur de Carvalho Pereira Filho – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Tadeu Martins Leite – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Bruno Engler – Dr. Jorge Ali – Gil Pereira – Rodrigo Lopes – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 19h6min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao Exmo. Sr. desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado Roberto Andrade, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; a Exma. Sra. desembargadora Mônica Sifuentes, presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região; o Exmo. Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; a Exma. Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral no período de 2014 a 2018, representando a defensora pública-geral, Sra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e os Exmos. Srs. desembargador Ramom Tácio de Oliveira, vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral e presidente eleito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, representando o presidente, desembargador Octavio Augusto de Nigris Boccacini; vereador Gabriel Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, corregedor-geral de Justiça e presidente eleito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; desembargador Jadir Silva, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado; e deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos as presenças dos Exmos. Srs. desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; do Cel. PM Helvécio Fraga, diretor de Tecnologia e Sistemas da Polícia Militar de Minas Gerais, representando a Polícia Militar de Minas Gerais; e do Sr. juiz Jair Francisco dos Santos, vice-presidente de Saúde da Amagis. Agradecemos, ainda, a presença das Exmas. Sras. e dos Exmos. Srs. deputado federal Duarte Gonçalves Junior; ex-deputado federal Bilac Pinto; delegada-geral Letícia Baptista Camboge Reis, chefe da Polícia Civil; Mila Batista Leite Corrêa da Costa, secretária de Estado Adjunta de Governo; João Paulo Martins, presidente do Iepha; Ari Álvares Pires Neto, presidente do Registro de Imóveis do Brasil; e Ozório Couto, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, regida pela maestra Luciene Villani.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Roberto Andrade

Boa noite a todos! Cumprimento o deputado Tadeu Martins Leite, nosso presidente, que tão brilhantemente tem conduzido a nossa Casa, esse jovem e promissor político; o desembargador José Arthur Filho, nosso homenageado e meu amigo; o procurador Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça – na quarta-feira, estaremos lá prestigiando; Minas Gerais estará brilhando –, que, mais uma vez, estará ocupando um cargo importante em Brasília; a defensora pública Christiane Neves Procópio, de 2014 a 2018, representando aqui a defensora pública Raquel; o desembargador Ramom Tácio de Oliveira, vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral e presidente eleito; o vereador Gabriel Azevedo. Nas horas vagas, fiz uma propaganda de graça para você aqui, Gabriel. Ele tem o melhor bar de Belo Horizonte para ouvir uma boa música: Mina Jazz Bar. Depois eu passo o endereço. Continuando, o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, corregedor-geral de Justiça e presidente eleito do Tribunal de Justiça; o desembargador Jadir Silva, presidente do Tribunal de Justiça Militar; o advogado-geral do Estado Sérgio Pessoa de Paula; a desembargadora Márcia Milanez – é um prazer revê-la aqui, grande amiga e grande desembargadora –, na pessoa de quem cumprimento os demais desembargadores aqui; e os meus colegas deputados.

Permita-me também, presidente, cumprimentar a mãe e a filha do desembargador José Arthur: Maria Helena Guimarães Paiva e Maria Helena Pires de Carvalho Pereira. É um prazer recebê-las. Cumprimento os vereadores de Viçosa: Marcos e Marcão Paraíso. Receber aqui membros do Poder Legislativo do nosso interior de Minas Gerais é uma honra e um prazer para nós, que somos tão bem recebidos nas câmaras de vereadores por onde passamos, não é, presidente Tadeu? É uma honra e um prazer receber vocês aqui, na nossa Casa.

Senhoras e senhores, boa noite. Estamos reunidos na Casa da democracia mineira para homenagear o desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho. Hoje ele recebe o título de Cidadão Honorário do Estado pelos grandes serviços prestados à nossa terra, Minas Gerais. Com uma carreira brilhante e meritória na advocacia liberal, colocou a serviço do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do povo de Minas toda sua competência técnica e a formação humanística que o caracterizou no exercício de suas atividades judicantes e nas funções administrativas que desempenhou ao longo de mais de 10 anos.

Foi presidente do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura, além de atuar na 9ª Câmara Cível e na 20ª Seção Cível. Em suas funções administrativas, desempenhou um papel importante na Superintendência Administrativa Adjunta e na Superintendência de Planejamento Administrativo e Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio. Entre as destacadas contribuições para a

administração da Justiça em nosso estado, estão as atuações na Vice-Presidência de Inovação e Tecnologia do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça, na Presidência do Comitê Institucional de Inteligência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e na Presidência do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais de Minas Gerais. Além disso, presidiu ou participou de comissões, comitês e grupos de trabalho importantes que ajudaram a tornar o Judiciário mineiro mais eficiente, ético e competente.

Essas citações não são novidade para a maioria aqui presente nesta sessão de homenagem, mas é importante lembrar esses fatos para mostrar que o sucesso de um homem público à frente de um Poder tão essencial à democracia, como o Judiciário, não é mero acaso; é fruto do trabalho árduo de alguém que se preparou para liderar de forma nobre e se dedicou a compreender o Poder que representa, atender às necessidades do cidadão e entender o impacto transformador que tem na sociedade. Lideranças como a do desembargador José Arthur são moldadas ao longo do tempo. Começam com o exemplo em casa, com a família; depois, durante a vida acadêmica; e, em seguida, na construção diária da carreira profissional.

José Arthur seguiu o exemplo de retidão e dedicação à Justiça do seu pai, o inesquecível José Arthur de Carvalho Pereira, também presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, de 1986 a 1988. Graduado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1984, José Arthur é egresso do escritório de Carvalho Pereira Pires Advogados Associados, onde trabalhou como advogado por mais de 30 anos, escritório esse que se tornou um centro de excelência jurídica, formado por importantes juristas e homens públicos que ocuparam cargos de destaque no Estado e no cenário nacional.

Além do próprio homenageado, cito dois nomes em especial: Ariosvaldo Campos Pires, que comandou o escritório e foi professor e mestre de todos eles; e Rodrigo Pacheco, atual presidente do Senado Federal. Aproveito para cumprimentar meu amigo, meu irmão Ari Pires, presidente da Associação de Notários de Minas Gerais, aqui presente, filho do nosso saudoso Ariosvaldo Campos Pires. Este é um momento especial para todos nós, que temos a honra de estar aqui e de reconhecer o valor do desembargador José Arthur como homem público e sua dedicação à Justiça em nosso estado.

Permita-me agora, presidente, antes de encerrar as minhas palavras, dizer que – sempre que faço uma homenagem de cidadão honorário aqui, na Assembleia, e esta é a segunda, falo isso – para ser mineiro integralmente, presidente, você tem que torcer por um time mineiro. Letícia, nós temos que entregar a camisa do maior time de Minas Gerais ao presidente. Presidente, faça o favor. Eu sou um homem democrata, e esta Casa, presidente, é uma Casa de discussões, de debates, mas sempre no campo das ideias. Aqui nós temos ideias conflitantes, cada um tem sua opinião, mas o conflito fica sempre no campo das ideias. Então está aqui: 55º presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Vou convidar o meu amigo, o deputado Ulysses Gomes, para entregar a camisa de outro time da cidade – não é assim a música, Ulysses? –, porque existe outro time na cidade. Chamo também o nosso colega Jorge Ali para entregar a camisa de outro time da cidade, o América. Faça o favor. Vamos entregar aqui as camisas do time e dos outros times da cidade.

Encerrando as minhas palavras, quero dizer que este é um momento de agradecimento, e, como grande apreciador das artes, das músicas, da poesia, deixo meu agradecimento por meio dos versos do nosso poeta Vinicius de Moraes: “Eu agradeço a você/ Muito obrigado por toda a beleza que você nos deu/ Sua presença, eu reconheço./ Foi a melhor recompensa/ Que a vida nos ofereceu”. Muito obrigado, José Arthur, por tudo o que fez por Minas Gerais.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à entrega de camisas.

Entrega de Título

O locutor – Neste momento, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite, e o deputado Roberto Andrade farão a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Exmo. Sr. desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A placa contém os seguintes dizeres: “Cidadania honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado, atendendo a requerimento de autoria do deputado Roberto Andrade, promulgado pela Resolução nº 5.623,

de 22/5/2024, concede a José Arthur de Carvalho Pereira Filho o título de Cidadão Honorário do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Jarbas Soares Júnior

Obrigado. Boa noite a todas as pessoas presentes. Saúdo o presidente Tadeu, as deputadas e os deputados. Quero aproveitar para agradecer a aprovação do projeto hoje, na Assembleia, que vai ajudar o Ministério Público a se estruturar para as suas missões nos próximos anos, uma votação unânime de reconhecimento à nossa instituição.

Quero saudar o presidente do Tribunal de Justiça, nosso querido desembargador José Arthur Carvalho Pereira Filho; também os presidentes eleitos do TRE e do TJ, desembargadores Ramon e Luiz Carlos; o nosso deputado proponente, caro amigo Roberto Andrade, cujas palavras quero agradecer; o vereador Gabriel Azevedo, presidente da Câmara Municipal; o Dr. Sérgio, advogado-geral do Estado; a defensora pública Christiane; e, especialmente, os membros do Poder Judiciário que aqui se fazem presentes.

As instituições públicas são impessoais, são frias, devem ser assim, mas são compostas de seres humanos. Então é muito importante esses reconhecimentos de trajetórias como a do desembargador José Arthur Filho. Na Casa do povo é mais natural esse calor humano, esse sentimento em relação às pessoas que lutaram, trabalharam, ajudaram a construir o Estado. E o desembargador José Arthur merece todas as homenagens em razão de toda a história que foi referida aqui, mas, sobretudo, pela sua passagem agora no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

José Arthur é mineiro na essência. Difícil imaginar que a D. Maria Helena e o desembargador José Arthur levaram sua excelência a nascer na cidade do Rio de Janeiro. Mas José Arthur é um mineiro típico, discreto, comedido, sábio, inteligente, catalisador de amizades, não guarda mágoa, não guarda rancor, é a essência daquele mineiro que o Brasil tanto admira. Eu, particularmente, o conheço há muitos anos, ele advogado, eu estudante de direito que frequentava o seu escritório. Para mim, não foi surpresa a sua presidência. Ele ajudou o Estado a atravessar momentos difíceis, buscou soluções, fortaleceu o Poder Judiciário, promoveu projetos vitoriosos nos fóruns nacionais e internacionais reconhecidos, e, portanto, a homenagem a ele é mais do que justa. Em nome do Ministério Público de Minas Gerais, que é o seu berço – se não sabem, o pai dele foi procurador-geral de justiça –, o parabênzo. O José Arthur nos orgulha, nos honra. Esta homenagem é muito própria a ele. Numa segunda-feira, num auditório tão cheio, o Plenário da Assembleia Legislativa inverte aquela máxima de quem está saindo. Se fosse ao desembargador Luiz Carlos, eu acharia até normal um Plenário tão cheio, mas, para quem está saindo, é só mesmo quem deixou laços fortes, admiração e respeito, como é o seu caso.

E, para não fugir dessa realidade – o desembargador José Arthur é um típico mineiro –, vocês viram a camisa que ele abraçou. Parabéns, Arthur!

Palavras do Sr. José Arthur de Carvalho Pereira Filho

Cumprimento o Exmo. Sr. Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e meu querido amigo; o deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e meu dileto amigo; o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, corregedor-geral de justiça e presidente eleito do Tribunal de Justiça, no biênio 2024-2026; o desembargador Jadir Silva, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; o Dr. Jarbas Soares Júnior, meu dileto companheiro de longa data, procurador-geral de justiça e presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, recém-eleito a empossar-se no dia 12 agora; o desembargador Ramon Tácio de Oliveira, que aqui representa o desembargador Octavio Bocalini e que, no dia 14 de junho, tomará posse como presidente do TRE – homenagem que será realizada no Pleno do nosso Tribunal de Justiça; o vereador Gabriel Azevedo, presidente da Câmara Municipal

de Belo Horizonte e meu amigo; o Dr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado e meu dileto amigo; a Dra. Christiane Neves Procópio Malard, representando aqui a Dra. Raquel Gomes de Souza, defensora pública-geral. Cumprimento ainda minha mãe Maria Helena, minha irmã Rita Andréia, minha irmã Maria Flávia, minha filha Maria Helena e meu filho Pedro Henrique, que aqui comparecem para me gerar um momento de alta emoção.

Senhores deputados, desembargadores, juízes de direito, membros do Executivo, do Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados, demais autoridades civis e militares, senhoras e senhores, peço licença para iniciar o meu pronunciamento, abrindo aspas: “Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade, o esforço estático, a suspensa região que se escala. Atrás de muralhas, caminhos retorcidos, ela começa como um desafio de serenidade. Aguardamo-nos amparada, dada em neblinas coroada de finas, espada de epítetos:... O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez de cordilheira e história. De que jeito dizê-la? Minas: patriazinha. Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas – a gente não sabe”, fecho aspas.

Neste 6 de junho, dia que para mim ganha, hoje, um significado absolutamente especial, recorro à prosa poética do grande escritor mineiro Guimarães Rosa, para enaltecer a pluralidade, a beleza geográfica e a riqueza cultural e histórica deste Estado de Minas Gerais, que traz, no nome, a marca da febre do ouro, que atraiu para a região uma leva de aventureiros sedentos dos metais preciosos encontrados em abundância por essas plagas.

Minas exala a história. E aqui surgiu aquilo que, de acordo com a historiadora Heloisa Starling, foi – aspas – “o primeiro movimento anticolonial da América portuguesa de fôlego no campo das ideias”: a Inconfidência Mineira, conjuração emblemática que disseminou por essas terras, de maneira irremediável, o desejo implacável por liberdade e justiça. Uma revolta que imprimiu sua força na Bandeira de Minas, que traz a frase: *libertas quae sera tamen*.

Por tudo o que Minas representa para o nosso país, sinto-me profundamente honrado por ser agraciado com o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Esse sentimento vem também e, sobretudo, do fato de que Minas, embora não seja o território físico onde nasci, é, em grande medida, o espaço simbólico onde me forjei, pois aqui se encontram minhas raízes, minhas referências, minha origem no mundo. Foi no interior destas Minas Gerais que mergulhei a minha infância e é dali que vêm e para onde sempre partem inúmeras de minhas mais efetivas e afetivas memórias. Sou atado a esta porção do Brasil não por nascimento, mas por escolha, o que torna esses laços indelévels.

Agradeço, efusivamente, ao deputado Roberto Andrade, de quem partiu a iniciativa de me agraciar com valia. Na pessoa dele e do deputado Tadeu Martins Leite, presidente da Assembleia Legislativa, saúdo todos os parlamentares desta Casa.

Meus senhores e minhas senhoras, estou há poucos dias de encerrar a minha gestão como presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Assumi a desafiante missão impregnado de esperança, palavra que o filósofo grego Aristóteles define como – aspas – “O sonho do homem acordado”, fecho aspas.

Sou um homem de esperança e acredito na capacidade humana de construir um mundo mais justo para todos e todas. Nutro ainda, em especial, a expectativa de que os três Poderes possam atuar efetivamente para tornar nossa sociedade cada vez mais justa, próspera e pacífica para todas e todos, sem distinção. Em uma nação tão desigual, como a brasileira, cabe a cada um de nós assumirmos nosso papel na construção coletiva. É no presente e no agora que esse trabalho precisa e pode ser feito, pois, na linha do tempo, o futuro estará sempre além de nós. Como declarou sabiamente o dramaturgo norueguês Ibsen: “O futuro, é preciso trabalhar nele como os tecelões de alta liça trabalham em suas tapeçarias: sem vê-lo”. Assim fizemos nos últimos dois anos. Estou certo de que deixamos o Judiciário melhor para todas as mineiras e todos os mineiros.

Meus amigos e minhas amigas, antes de encerrar, gostaria de deixá-los novamente com o fabuloso Guimarães Rosa, de quem agora sou oficialmente conterrâneo. Mesmo o texto em que iniciei este meu breve pronunciamento lista uma série de adjetivos no esforço de traduzir o que é Minas Gerais. Chamou-a, então, numa sequência infundável de – abrem-se aspas – “inconfidente,

brasileira, emboaba, lírica, sábia, lendária, épica, mágica, diamantina, aurífera, ferrífera, ferrosa, férrica, balneária, hidromineral, cafeira, agrária, barroca, arcade, rupestre, campestre, das minas, conga, dos templos, santeira, quaresmeira, siderúrgica, calcária, das artes de Deus, do caos calmo”, entre outros termos. Tudo isso conduz à síntese de que Minas é plural, como o escritor resume, tão plural que é capaz de abraçar todos os que aqui aportam desde tempos imemoráveis.

A partir de agora, poderei ostentar, com orgulho, que sou filho de Minas Gerais. O que era unicamente um sentimento pessoal, amalgamado no afeto, agora é também um título chancelado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Nesta oportunidade, faço aqui o compromisso público de honrar o legado maior das Minas Gerais e continuar contribuindo diuturnamente para fazer imperar nas Alterosas os ideais de justiça, liberdade e igualdade que se encontram em suas origens. Muito obrigado a todos.

Palavras do Presidente

Meu boa-noite a todas e a todos, mais uma vez! Caro amigo, presidente desembargador José Arthur Filho, primeiro quero falar da felicidade, do orgulho e da honra desta Assembleia em, neste momento, estarmos reunidos, tendo a oportunidade de entregar esse título de Cidadão Honorário do nosso grande Estado de Minas Gerais.

Quando eu me encontrei com o presidente, hoje, ele falou para mim: “Presidente, você está com um semblante meio cansado”. É porque hoje já tivemos mais de 6 horas de discussão, neste Plenário, sobre diversos assuntos. Ainda assim, saiba da felicidade e da alegria de estarmos todos reunidos, neste momento, e, através de V. Exa., ter a oportunidade de cumprimentar todos os desembargadores, desembargadoras, juízes, enfim, todo o Poder Judiciário que se faz presente. É um orgulho e uma honra recebê-los no Parlamento mineiro.

Cumprimento o meu querido amigo deputado Roberto Andrade, autor desta homenagem, grande deputado, atuante, parceiro, que vem fazendo um trabalho espetacular, extraordinário pelo Estado. Parabéns por mais esta homenagem que hoje você concede ao nosso presidente José Arthur. Cumprimento o corregedor-geral de justiça e presidente eleito do nosso tribunal, desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior. Parabenizo-o, de público, pela eleição e lhe desejo boa sorte nesse novo desafio. Tenho certeza de que V. Exa. vai fará uma condução com brilhantismo. Cumprimento o querido amigo, meu conterrâneo Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de justiça do Estado de Minas Gerais e, a partir da próxima quarta-feira, presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Obrigado! É um prazer recebê-lo mais uma vez. Na sua pessoa, cumprimento todo o Ministério Público do nosso Estado de Minas Gerais. Cumprimento ainda a defensora Christiane Neves, representando a nossa defensora-geral Raquel Gomes – mais uma vez, seja bem-vinda! Ela foi defensora no nosso estado, entre 2014 e 2018. Cumprimento também o desembargador Ramon Tácio de Oliveira, representando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Octavio Boccacini. No próximo dia 14, estaremos juntos na posse. De antemão, já lhe desejo boa sorte nesse novo desafio. Tenho certeza de que também fará um ótimo trabalho. Cumprimento o presidente da Câmara de Belo Horizonte, meu caro amigo vereador Gabriel Azevedo – seja muito bem-vindo, mais uma vez, a esta Casa; o desembargador Jadir Silva, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; o advogado-geral do nosso estado, Sérgio Pessoa, neste ato, representando o governador Romeu Zema. Cumprimento toda a família do nosso homenageado, que se faz presente.

Peço licença, de forma muito breve, para cumprimentar os nossos deputados estaduais presentes neste momento: deputado Antonio Carlos Arantes, nosso 1º-secretário; deputada Beatriz Cerqueira, deputado Bruno Engler, deputado Dr. Jorge Ali, deputado Gil Pereira, deputado Rodrigo Lopes, deputado Ulysses Gomes. Agradeço de público toda a amizade e parceria no dia a dia da Assembleia. Cumprimento o deputado federal Duarte Junior, que se faz presente, e o ex-deputado desta Casa e ex-deputado federal Bilac Pinto. Sejam sempre bem-vindos ao Parlamento mineiro.

Minhas senhoras, meus senhores, a história do Judiciário demonstra que a valorização do direito, quando aliada ao compromisso com a Justiça, forma magistrados capazes não só de realizar a difícil tarefa de julgar, mas também de colaborar para o

aprimoramento do processo civilizatório, palavras que ecoam no compromisso inabalável do nosso homenageado desta noite, com a justiça, a liberdade e a verdade, princípios que defende com firmeza em cada decisão e em cada julgamento.

Ao entregar o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao querido amigo, eminente desembargador José Arthur de Carvalho Filho, nesta noite, a Assembleia celebra e reconhece essa trajetória dedicada à promoção da justiça e a defesa dos princípios que sustentam a democracia. Coincidentemente, se aproxima também a data de celebrar os 40 anos da formatura do nosso homenageado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, a prestigiosa Casa de Afonso Pena, Casa que se tornou também a porta de entrada do Dr. Arthur para sua brilhante e renomada carreira em nossas terras mineiras, primeiro, na advocacia e, depois, na magistratura.

Nascido na capital fluminense, por costumes familiares, o filho do Sr. José Arthur e da D. Maria Helena tem suas raízes cravadas aqui e a alma repleta de traços da mineiridade. Herdeiro não apenas do nome, mas também dos ideais de justiça de seu pai, o também magistrado e saudoso José Arthur de Carvalho Pereira, José Arthur Filho honrou e cuidou de imprimir sua digital no valioso legado que recebeu. Aprendiz atento a integridade, ética e paixão no desempenho das funções refletiu esses valores em sua vida profissional.

Sua trajetória, marcada pelo vínculo com o povo e com a história de Minas Gerais, nos remete às palavras de Rui Barbosa, um dos mais ilustres juristas que o País já conheceu: “A força do direito deve superar o direito da força”. O exercício do seu poder judicante é guiado por sólidos princípios morais marcados pela busca constante de equidade e bem-estar para o povo mineiro. E aqui cabe ressaltar sua destacada função de presidente do nosso grande Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, instituição essencial para a manutenção da paz e da harmonia social em nosso estado que é referência em todo o nosso país.

Carlos Drummond de Andrade, em suas reflexões sobre a vida e a sociedade, disse: “A justiça é um dos poucos bens que nos elevam à condição de humanos”. O desembargador José Arthur, com sua sensibilidade e humanidade, tem sido um farol de justiça para todos nós. Sua capacidade de ver além das letras frias da lei e de enxergar o ser humano que está por trás de cada processo é uma qualidade rara e admirável. Podemos afirmar, sem dúvidas, que o nosso homenageado conquistou afeto e carinho por onde passou, tornando-se multiplamente mineiro.

Agora chegou a vez de a Assembleia de Minas, por indicação do querido amigo deputado Roberto Andrade, prestar sua homenagem a quem tanto fez e continuará a fazer por nosso estado. Que este título, caro amigo, presidente, desembargador José Arthur, seja um símbolo do nosso respeito, da nossa admiração e da nossa gratidão por tudo o que o senhor realiza por Minas Gerais. Por isso, juntos, parabenizamos quem passa a ser agora, oficialmente, um conterrâneo, um concidadão de todos os mineiros. Parabéns mais uma vez. Muito obrigado. Seja bem-vindo sempre a esta Casa.

O locutor – O deputado Roberto Andrade convida os presentes para o coquetel que será oferecido no Automóvel Clube, na Avenida Afonso Pena, nº 1.394. Após o encerramento regimental, ouviremos a Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que apresentará as seguintes canções: *Carinhoso*, de Pixinguinha e João de Barro; *Vilarejo*, de Marisa Monte, Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown e Pedro Baby, na voz de Alice Rabelo, representando o Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; e *A banda*, de Chico Buarque.

O presidente – Queria agradecer, mais uma vez, a presença de todos nesta noite especial para esta Casa e para o Estado de Minas Gerais.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 10, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/5/2024

Às 10h39min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade e Vitório Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Grego da Fundação. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 780/2023 (relator: deputado Vitório Júnior); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 709/2015, 715/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, e 1.377/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relatora: deputada Ana Paula Siqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.801/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.596/2024, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à empresa aérea Azul Conecta pedido de informações sobre os cancelamentos de voos de Belo Horizonte a Araxá nos últimos meses, incluindo-se as datas de cancelamento, os motivos, as ações tomadas para acomodar os passageiros afetados, bem como um plano de ação para mitigar os cancelamentos de voos e garantir uma operação mais estável nessa rota. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Roberto Andrade, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/6/2024, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 766/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do número de viaturas disponíveis, bem como seu estado de conservação, destinadas ao atendimento ou socorro imediato de servidores e custodiados pelo Sistema Prisional no Ceresp Betim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.208/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do Ambulatório de Saúde do Adolescente do Hospital Infantil João Paulo II, especificando-se se as unidades básicas de saúde – UBSs – estão realizando encaminhamentos ao ambulatório e o número de pessoas na fila de espera; como está o fluxo de tratamento fora de domicílio; o número de pacientes atendidos e em atendimento até esta data; o número de pessoas cadastradas no Sistema de Solução Integrada de Gestão Hospitalar, Ambulatorial e Regulação – Sigrah – que aguardam atendimento no ambulatório; se os profissionais que atendem no ambulatório têm carga horária exclusiva de trabalho, com a discriminação dos cargos que possuem e não possuem; o número de consultas de retorno ofertadas por semana; se existe protocolo de busca ativa no caso de abandono de tratamento, detalhando-se o procedimento; se os medicamentos prescritos para hormonização cruzada estão disponíveis para retirada pelo SUS; e a composição, por especialidade profissional, da equipe que atende no ambulatório e seu vínculo de trabalho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.378/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para implantação do Parque Estadual do Rio Corrente, no Município de Açucena, e do Parque Estadual Serra da Candonga, no Município de Guanhães, e para a proteção dos referidos parques em relação ao avanço de grileiros de terras nas regiões e à segurança dos povos indígenas que garantem a proteção ambiental desses parques. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.103/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações acerca do transporte de alimentos perecíveis nas rodovias do Estado, esclarecendo-se a forma como a secretaria atua para minimizar os desgastes decorrentes do transporte desses alimentos; como funciona a estrutura operacional de transportes do Estado, no que tange o fomento à profissionalização logística de alimentos perecíveis; quais são as ações em curso para tal finalidade e o prazo para sua conclusão; e quais são as condições dos terminais de cargas do Estado, sua capacidade instalada e capacidade produtiva. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.756/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os quantitativos ou os índices de evasão escolar no Estado, por região administrativa, nos últimos cinco anos, considerando-se a necessária observância do direito fundamental à educação, constitucionalmente previsto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.023/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o fechamento de vários cursos da universidade, matéria em pauta de reunião do Conselho Universitário da Uemg, especificando-se o motivo do fechamento e o critério adotado, os cursos e as unidades onde ocorrerá o fechamento, o histórico do número de alunos nos cursos que estão sendo fechados e as ações previamente efetivadas para que o fechamento pudesse ter sido evitado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.471/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de cargos atualmente providos, o dimensionamento ideal de escrivães no Estado, o número de cargos vagos em razão de morte, exoneração, demissão a bem do serviço público e outros motivos; e sobre expectativa de nomeação dos excedentes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.487/2023, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações consubstanciadas no contrato de doação sem ônus e sem encargos para utilização da ferramenta de seleção da Plataforma Prosas para a publicação de editais ilimitados, recebimento e avaliação de propostas, no âmbito da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.507/2023, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em estudo técnico sobre o impacto ambiental no ecossistema aquático do reservatório de Três Marias, devido à diminuição da incidência de luz solar em decorrência da instalação de placas solares fotovoltaicas, que serão implantadas no espelho d'água. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.522/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a metodologia e os estudos utilizados na implementação do Desconto de Usuário Freqüente – DUF – nas novas praças de pedágio de responsabilidade da EPR Triângulo, que estão sendo instaladas em rodovias estaduais e federais do Triângulo Mineiro; e sobre os motivos que justificam o fim do desconto progressivo após a trigésima passagem, no intervalo de um mês, desconsiderando eventuais urgências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.852/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações a respeito do cumprimento do direito dos recém-nascidos de ter um acompanhante em tempo integral durante sua internação em unidade de terapia intensiva neonatal, conforme disposto no art. 12 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.863/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório em que constem as regiões onde houve falta de água no Estado e, de maneira detalhada, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, a quantidade de caminhões-pipas disponibilizados para a população sujeita a escassez de água e as comunidades, bairros e localidades atendidos; e no qual se especifique se o Plano de Contingenciamento Hídrico foi acionado para execução e, em caso negativo, o motivo pelo qual não foi. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.346/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em parecer ou nota técnica e, caso não existam, no documento que ensejou a aplicação dos efeitos do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, em relação à redução do adicional de pró-labore, abono-permanência e de substituição temporária no que diz respeito à alteração do desconto da alíquota destinada à proteção social dos policiais militares mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.407/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre a qualidade da água tratada pela empresa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, que abastece o Município de Padre Paraíso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.601/2024, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o quadro atual de trabalhadores em cada unidade do sistema socioeducativo, no sistema aberto ou no fechado, nas quais se detalhem a unidade de lotação, a função exercida e a quantidade de trabalhadores; o número de vagas disponíveis no âmbito do sistema socioeducativo do Estado, no sistema aberto ou no fechado, discriminando-se as vagas previstas e as ocupadas em cada unidade; as unidades socioeducativas que atualmente estão sob a administração do Instituto Elo, especificando-se quantas são as vagas disponibilizadas e preenchidas, bem como quantos são os trabalhadores lotados em cada uma delas; e as razões que motivaram a criação do Grupamento de Ação Rápida – GAR – no âmbito do sistema socioeducativo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.905/2024, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a melhoria das condições da Rodovia MG-424, especificando-se os planos e cronogramas para recuperação e melhoria das condições dessa rodovia; as medidas que estão sendo adotadas para garantir a segurança dos usuários enquanto as obras de manutenção não são iniciadas ou concluídas; a existência de algum plano específico para lidar com o intenso fluxo de caminhões na rodovia, considerando as fábricas de cimento localizadas ao longo dessa rodovia; e a previsão para o início e a conclusão das obras de recuperação da rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.015/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de transferências que deixaram de ser realizadas, na área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde Rede de Urgência Macro Nordeste e Jequitinhonha – Cisnorje –, por insuficiência de equipes e equipamentos do Samu, e o número de óbitos que ocorreram por atrasos ou ausência dessas transferências desde a assinatura do termo de ajustamento de conduta entre o Cisnorje e o Ministério Público do Trabalho, em 22/8/2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.931/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações substanciadas na apresentação dos seguintes dados relativamente aos servidores militares e administrativos da Polícia Militar de Minas Gerais, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, da Polícia Civil de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública: tabelas de vencimentos básicos atualizadas das carreiras policiais e administrativas; normas que tratam dos planos de carreira dos policiais e dos servidores administrativos; reajustes dos vencimentos básicos concedidos entre os anos de 2015 e 2023, indicando-se a lei, o percentual e as carreiras contempladas em cada reajuste; indicação do percentual de reajuste dos vencimentos básicos para ano de 2024, acompanhado do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração, nos termos da Lei nº 24.260, de 26/12/2022, ressaltando-se que o debate em tela subsidiará os trabalhos de monitoramento realizados pela Comissão de Segurança Pública, no âmbito do Tema em Foco 2023/2024, umas das iniciativas desta Casa Legislativa para o acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado, durante audiência pública destinada aos trabalhos do Tema em Foco 2023/2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.316/2024, da deputada Andréia de Jesus.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2023, da deputada Leninha e outros; e Projetos de Lei nºs 438/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha; 1.546/2023, da deputada Macacé Evaristo; 3.597/2022, da deputada Ana

Paula Siqueira; 3.618/2022, do deputado Mauro Tramonte; 166/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 202/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 398/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 601/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.076, 1.171 e 1.499/2023, do deputado Enes Cândido; 1.215/2023, da deputada Chiara Biondini; 1.305/2023, do deputado Zé Laviola; 1.341/2023, do deputado Gustavo Santana; 1.438/2023, do deputado Raul Belém; 1.583/2023, do deputado Gustavo Santana; 1.656/2023, da deputada Lohanna; 1.712/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.750/2023, da deputada Maria Clara Marra; 1.799 e 1.800/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.804/2023, do deputado Lucas Lasmar; 1.862/2023, do deputado Charles Santos; 1.875/2023, do deputado Gil Pereira; 1.956/2024, do deputado Lucas Lasmar; 1.982/2024, do deputado Cassio Soares e outros; 2.045/2024, do deputado Adriano Alvarenga; 2.123/2024, do deputado Lucas Lasmar; 2.150/2024, do deputado Coronel Henrique; 2.182/2024, do deputado Lucas Lasmar; 2.238/2024, do governador do Estado; e 2.307/2024, do deputado Doutor Jean Freire.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 475/2023, do deputado Professor Cleiton; 704/2023, do deputado Sargento Rodrigues; 1.602/2023, da deputada Andréia de Jesus; 1.655/2023, do deputado Gustavo Santana; 2.041/2024, da deputada Leninha; 2.062/2024, do deputado Professor Cleiton; 2.131/2024, da deputada Alê Portela; 2.175/2024, do deputado Thiago Cota; 2.207/2024, da deputada Leninha; 2.218/2024, do deputado Duarte Bechir; 2.234/2024, do deputado Professor Cleiton; e 2.279/2024, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.277/2023, do deputado Eduardo Azevedo.

Requerimento nº 5.896/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/6/2024

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.925/2024, do deputado Tadeu Martins Leite; e 6.939/2024, do deputado Ricardo Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha, a criação de um distrito industrial e a demanda específica de crédito e outros incentivos para o desenvolvimento econômico e social na região.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 11/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.332/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 2.797/2021, do deputado Tito Torres; 3.794/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho; 368 e 967/2023, do deputado Cassio Soares; 542 e 684/2023, do deputado Zé Guilherme; 616/2023, da deputada Lohanna; 625 e 931/2023, do deputado Arnaldo Silva; 641/2023, do deputado Rodrigo Lopes; 836 e 1.138/2023, do deputado Fábio Avelar; 846/2023, do deputado Ulysses Gomes; 1.431/2023, do deputado João Magalhães; 1.436/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.501/2023, do deputado Dr. Maurício; e 1.895/2023, do governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 924/2023, do deputado Caporezzo; 3.385/2021, do deputado Marquinho Lemos; 237 e 1.661/2023, da deputada Ione Pinheiro; 626 e 1.193/2023, do deputado Betinho Pinto Coelho; 1.068/2023, do deputado Tito Torres; e 2.129/2024, do deputado Tadeu Martins Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 6.868/2024, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.982 a 6.986 e 7.062/2024, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 11/6/2024**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bruno Engler, Charles Santos, Doutor Jean Freire, Lucas Lasmar, Thiago Cota e Zé Laviola, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/6/2024, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.931/2020, do Tribunal de Justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Arnaldo Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Eduardo Azevedo e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/6/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Grego da Fundação, Doutor Paulo, Enes Cândido e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/6/2024, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as razões e consequências do cancelamento unilateral dos planos de saúde das pessoas com autismo, doenças raras e paralisia cerebral e propor medidas que garantam os direitos e o acesso ao atendimento de saúde digno e adequado a esses usuários.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Dr. Maurício, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2024, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a recepção feita pelo Estado à imigração estrangeira, em especial aos refugiados de guerra, para conhecer e homenagear o trabalho desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – Cebrapaz –, que completa 20 anos em 2024.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Coronel Henrique, Fábio Avelar e João Junior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2024, às 13h30min, em Buritis, com a finalidade de debater, em audiência pública, a experiência do Município de Buritis na implantação de quatro escolas cívico-militares na rede municipal de educação e os impactos para a juventude mineira.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Vitório Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Bella Gonçalves e os deputados Betão, Bruno Engler e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2024, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a Política Pública de Proteção em Direitos Humanos no Estado e receber proposições para o Programa de Proteção às Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

Da deputada Alê Portela em que notifica seu afastamento do mandato, a partir de 10/6/2024, para assumir o cargo de secretária de Estado de Desenvolvimento Social.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/6/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 8/6/2024, que nomeou Edilberto Raimundo Rodrigues Moreira, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

exonerando Thiago Sodré Pedrosa, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

nomeando Edilberto José Silva, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Paulo Henrique de Mello Franco Peluso, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

nomeando Paulo Roberto Crispim Batista, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 63, II, combinado com o art. 55, do Regimento Interno, a presidência convoca a Sra. Amanda Caroline Teixeira Dias, 1ª suplente pelo Partido Liberal – PL –, para tomar posse como deputada estadual à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a partir de 11 de junho de 2024, na vaga decorrente do afastamento da deputada Alê Portela para investidura no cargo de secretária de Estado.

Palácio da Inconfidência, 10 de junho de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

TERMO DE ADITAMENTO N° 64/2024

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Centro de Educação Superior Mais Ltda. Objeto do contrato: cooperação na realização de estágios, com vistas a propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem de estudantes de nível superior. Objeto do aditamento: correção de erro material no nome do segundo convenente. Vigência: a partir da data de assinatura, com efeitos retroativos à data de vigência do Convênio nº 4/2024.